



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**DENYMAGNA SILVA**

**A DINÂMICA DA ATIVIDADE DO TURISMO ARQUEOLÓGICO NA  
PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE INGÁ, PB**

.

**CAMPINA GRANDE - PB  
2019**

**DENYMAGNA SILVA**

**A DINÂMICA DA ATIVIDADE DO TURISMO ARQUEOLÓGICO NA  
PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE INGÁ, PB**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR – da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – na área de concentração de Cultura, Turismo e Desenvolvimento, como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Hermes Alves de Almeida

**CAMPINA GRANDE -PB  
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586d Silva, Denymagna.  
A dinâmica da atividade de turismo arqueológico na perspectiva do desenvolvimento no município de Ingá/PB [manuscrito] / Denymagna Silva. - 2019.  
89 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2019.  
"Orientação : Prof. Dr. Hermes Alves de Almeida, Departamento de Geografia - CH."  
1. Turismo. 2. Desenvolvimento local. 3. Sítio arqueológico Itacoatiara. 4. Arte rupestre. 5. Ingá-PB. I. Título  
21. ed. CDD 338.479 1

DENYMAGNA SILVA

**A DINÂMICA DA ATIVIDADE DO TURISMO ARQUEOLÓGICO NA  
PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE INGÁ, PB**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR – da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – na área de concentração de Cultura, Turismo e Desenvolvimento, como requisito para obtenção do título de mestre.

Aprovada em: 30/04/2019

**BANCA EXAMINADORA**

*Hermes Alves de Almeida*

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. Hermes Alves de Almeida  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)  
Orientador

*Patrícia Cristina de Aragão Araújo*

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)  
Examinador Interno

*Lincoln da Silva Diniz*

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. Lincoln da Silva Diniz  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)  
Examinador Externo

**CAMPINA GRANDE -PB**

**2019**

A todas as pessoas envolvidas direta e indiretamente na atividade do turismo no município de Ingá, cujo sonho e propósito é manter viva a tradição e a história do seu lugar, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por Seus planos para a minha vida serem sempre maiores que os meus sonhos.

Agradeço, em especial, ao meu querido esposo Gercino (Júnior) pela amizade, apoio incondicional e companheirismo diário.

À minha mãe pelas petições a Deus a meu favor, aos meus irmãos e sobrinhos que se alegraram comigo desde a fase embrionária desse processo. Meu agradecimento todo especial ao meu querido irmão que graças a sua paixão pela ciência, muito me encorajou a avançar nesse processo.

Aos meus estimados cunhados, agradeço a todos e a cada um em particular.

Ao meu orientador Hermes Alves de Almeida pela sua incomensurável paciência para comigo e pelo suporte acadêmico necessário para eu seguir.

Aos meus colegas de curso, foi a melhor turma que já tive, cada aula se transformava também num encontro fraterno.

A todos os amigos que oraram por mim, que se alegraram com as minhas alegrias.

A todos os colegas de trabalho. Sou-lhes bastante grata pela torcida.

Aos professores e funcionários do PPGDR/UEPB pelo suporte necessário.

Aos professores da Banca pelas contribuições acadêmicas no momento em que a pesquisa se encontrava em construção Obrigada pela grande contribuição.

A todos os meus conterrâneos, pessoal entrevistado, que se prontificaram gentilmente a ceder seu tempo e participação na pesquisa. Agradeço a todos e a cada um em particular. Sem vocês não teria sido possível.

Essa caminhada nunca foi solitária, pois a cada dia fui percebendo como mais clareza que é impossível fazer algo sozinho.

A todos que contribuíram para a construção deste trabalho, minha sincera e eterna gratidão.

## RESUMO

SILVA, D. **A dinâmica da atividade do turismo arqueológico na perspectiva do desenvolvimento do município de Ingá, PB.** 2019. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Campina Grande, Paraíba.

O patrimônio arqueológico representa um grande potencial para o turismo, por exercer enorme capacidade de gerar desenvolvimento econômico e social. O Sítio Arqueológico Itacoatiara, localizado no recorte geográfico de Ingá (7°16' S, 35° 36' W), região intermediária de Campina Grande, PB, é um monumento tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional e dispõe de um grupo de painéis rochosos, com dezenas de inscrições rupestres, com mensagens até hoje não decifradas. As razões que motivaram a escolha do tema de pesquisa fundamentam-se na carência de estudos sobre a atividade de turismo no referido Sítio Arqueológico na perspectiva do desenvolvimento nesse recorte territorial, sendo essas determinações os objetivos principais. Os procedimentos metodológicos foram do tipo exploratório, mediante entrevistas aplicando-se um questionário, com perguntas relacionadas ao perfil social, avaliação da gestão pública, atrativos turísticos, fator limitador ao desenvolvimento do turismo, dentre outras. Os entrevistados foram selecionados de forma casual, constituindo-se de um universo de vinte atores sociais, com atuação direta no segmento do turismo. Os dados da pesquisas (documental e os coletados) foram analisados mediante critério da estatística descritiva, utilizando-se a planilha Excel nos cálculos e na confecção de quadros, tabelas e gráficos. Os principais resultados indicaram que o Sítio Arqueológico Itacoatiara foi o primeiro monumento arqueológico tombado, como patrimônio arqueológico nacional, é o principal monumento da tradição indígena, com gravura rupestre. A valorização do patrimônio das inscrições gravadas mostra que ali não era um lugar comum. O artesanato é uma atividade que reflete o saber local, além de configurar-se como alternativa para o desenvolvimento local. O perfil dos atores sociais que atuam no segmento de turismo de Ingá, PB, tem faixa etária superior a 30 anos, nível de escolaridade fundamental e médio e renda de até dois salários mínimos. A atividade do turismo no município de Ingá é gerenciada basicamente pela administração direta (Secretaria Municipal de Turismo) com pouca participação da sociedade. Há pouco investimento no Sítio Arqueológico Itacoatiara para incentivar o turismo arqueológico ou cultural, e necessidade de melhorias na infraestrutura turística local, como transporte, sinalização, hospedagem, roteiros turísticos e espaço recreativo no local.

**Palavras-Chave:** Turismo. Desenvolvimento Local. Sítio Arqueológico Itacoatiara.

## ABSTRACT

Archaeological heritage represents a great potential for tourism, as it has an enormous capacity to generate economic and social development. The Itacoatiara Archaeological Site, located in the geographical area of Ingá (7 ° 16 ' S, 35 ° 36 'W), intermediate region of Campina Grande, PB, is a monument listed by the Institute of Artistic and National Heritage and has a group of rocky panels, with dozens of rock inscriptions, with messages that are not yet deciphered. The reasons that motivated the choice of the research theme are based on the lack of studies on tourism activity in the referred Archaeological Site and the perspective of development in this territorial outline, these determinations being the main objectives. The methodological procedures were exploratory, through interviews applying a questionnaire, with questions related to social profile, public management assessment, tourist attractions, limiting factor to tourism development, among others. The interviewees were randomly selected, consisting of a universe of twenty social actors, with direct action in the tourism segment. The research data (documentary and collected) were analyzed using descriptive statistics criteria, using the Excel spreadsheet in the calculations and in the making of tables, tables and graphs. The main results indicated that the Itacoatiara Archaeological Site was the first listed archaeological monument, as a national archaeological heritage. The appreciation of the heritage of recorded inscriptions shows that this was not a common place. Handicraft is an activity that reflects local knowledge, as well as being an alternative for local development. The profile of the social actors who work in the tourism segment of Ingá, PB, has an age group of over 30 years old, elementary and high school level and income of up to two minimum wages. Tourism activity in the municipality of Ingá is basically managed by direct administration (Municipal Secretariat of Tourism) and there are also state and non-state social participation spaces formally institutionalized at the local level. There is little investment in the Itacoatiara Archaeological Site to encourage archaeological or cultural tourism, and the need for improvements in local tourism infrastructure, such as transportation, signage, lodging, tourist itineraries and recreational space on site.

**Keywords:** Tourism. Local Development. Archaeological Site Itacoatiara.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABAV- Associação Brasileira de Agências de Viagem  
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
CAGEPA – Companhia Estadual de Água e esgoto da Paraíba  
COMBRATUR - Comissão Brasileira de Turismo  
COMTUR – Conselho Municipal de Turismo  
EMBRATUR – Empresa brasileira de Turismo  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPHAN -Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
MT - Ministério do Turismo  
OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OMT - Organização Mundial do Turismo  
PNT – Política Nacional de Turismo  
PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo  
PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos  
PRT- Programa de Regionalização do Turismo

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Gravuras rupestres vertical do painel principal vertical da Itacoatiara da Pedra do Ingá, Ingá, PB. ....	22
Figura 2. Desenho esquemático da Itacoatiara do Ingá, Ingá, PB. ....	23
Figura 3. Vista da estação Ferroviária de Ingá, PB. ....	36
Figura 4. Vista da usina do Grupo Anderson, Clayton & Cia Ltda, Ingá, PB. ....	37
Figura 5. Vista lateral do prédio da usina do Grupo Anderson, Clayton & Cia Ltda, Ingá, PB. ....	37
Figura 6. Vista da fachada de casarão construído no século XX na cidade de Ingá, PB. ....	38
Figura 7. Vista aérea do Clube União Cultural Ingaense, Ingá, PB. ....	38
Figura 8. Vista de prédios históricos construídos em conjunto (Igreja, coreto e praça pública) na cidade de Ingá, PB. ....	39
Figura 6. Vista do paredão principal da Pedra de Ingá, Sítio arqueológico Itacoatiara, Ingá, PB. ....	42
Figura 7. Mapa Geográfico do Estado da Paraíba, com destaque para o município de Ingá, PB. ....	42
Figura 8. Vista da escultura na entrada da cidade de Ingá, PB. ....	47
Figura 9. Vista de uma placa com o indicativo da Pedra do Ingá, PB. ....	48
Figura 10. Vista da portaria do Sítio Arqueológico Itacoatiara, Ingá, PB. ....	48
Figura 11. Vista da arte interna do Sítio Arqueológico Itacoatiara, Ingá, PB. ....	49
Figura 12. Vista da rampa de acesso ao sítio Itacoatiara, Ingá, PB. ....	50
Figura 13. Vista da Pedra de Ingá, Ingá, PB, com detalhe do escoamento fluvial. ....	51
Figura 14. Vista do Sítio Itacoatiara, Ingá, PB, com cordão de isolamento. ....	52
Figura 15. Vista do antigo museu de história natural. Sítio Itacoatiara, Ingá, PB. ....	54
Figura 16. Vista do Museu Natural do Sítio Sítio Itacoatiara, Ingá, PB. ....	54
Figura 17. Tela com animais pré-históricos. Museu Natural do Sítio Sítio Itacoatiara, Ingá, PB. ....	55
Figura 18. Exemplar de renda de labirinto. ....	56
Figura 19. Frequência relativa do sexo dos entrevistados. ....	59
Figura 20. Frequência relativa da faixa etária dos entrevistados. ....	60
Figura 21. Frequência relativa do nível de escolaridade. ....	60
Figura 22. Frequência relativa da faixa de renda familiar. ....	61
Figura 23. Frequência relativa da avaliação da gestão do turismo local. ....	62
Figura 24. Frequência relativa das ações que dinamizaram a atividade no local. ....	63
Figura 25. Frequência relativa da participação direta na gestão do turismo local. ....	65
Figura 26. Frequência relativa das formas de participação. ....	66
Figura 27. Frequência relativa dos meios utilizados para divulgação dos atrativos turísticos. ....	67
Figura 28. Frequência relativa sobre a Infraestrutura turística. ....	69
Figura 29. Frequência relativa de sugestões de melhorias na infraestrutura turística local. ....	70
Figura 30. Frequência relativa de atrativos turísticos existentes no local. ....	72
Figura 31. Frequência relativa dos fatores limitantes para o turismo local. ....	73

**Figura 32. Frequência relativa da existência de roteiro turístico .....74**

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>15</b>
<i>2.1 Turismo e suas definições.....</i>	<i>15</i>
<i>2.2 Evolução e as diferentes modalidades do turismo .....</i>	<i>17</i>
<i>2.3 O turismo arqueológico. ....</i>	<i>20</i>
<i>2.3.1 A arte rupestre na Paraíba .....</i>	<i>22</i>
<i>2.4 O turismo no contexto nacional .....</i>	<i>24</i>
<i>2.5 Desenvolvimento: uma breve discussão .....</i>	<i>28</i>
<i>2.6 O turismo como fator de desenvolvimento local? .....</i>	<i>30</i>
<i>2.7 Principais características físicas, demográficas e sociais do município de Ingá .....</i>	<i>34</i>
<i>2.7.1 Vocação turística e o patrimônio histórico do município de Ingá. ....</i>	<i>35</i>
<i>2.7.2 O turismo de experiência e a comunidade Quilombola .....</i>	<i>40</i>
<b>3. MATERIAIS E MÉTODOS .....</b>	<b>42</b>
<i>3.1 Localização da área de estudo .....</i>	<i>42</i>
<i>3.2 Procedimentos metodológicos.....</i>	<i>43</i>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>46</b>
<i>4.1. Principais características físicas e históricas do município e do Sítio Arqueológico Itacoatiara .....</i>	<i>46</i>
<i>4.2. A atividade de turismo no município de Ingá, PB.....</i>	<i>58</i>
<i>4.3. Divulgação e infraestrutura logística do turismo no município de Ingá-PB .....</i>	<i>67</i>
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>77</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>85</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>87</b>

## 1.INTRODUÇÃO

O turismo se traduz em importante atividade nas sociedades pós-industriais, sendo considerado um fenômeno econômico, social e cultural que se desenvolveu com o capitalismo. De acordo com a Organização Mundial de Turismo - OMT, o turismo é um setor estratégico que tem a capacidade de gerar oportunidades de emprego e diminuir a pobreza nos países em desenvolvimento.

Embora a atividade tenha se desenvolvido no Brasil com certo atraso em relação às outras nações, ainda assim é possível constatar que nas últimas décadas o setor recebeu maior atenção por parte do poder público, exemplo disso foi a implantação de um órgão específico para promoção da atividade que é o caso do Ministério do Turismo criado no ano de 2003.

Além de importante setor estratégico para geração de emprego e renda o turismo é também um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de pessoas por diversos motivos, implicando um conjunto de experiências e sensações que vão da compra de produtos e serviços ofertados até a troca de saberes.

Nele ocorrem fenômenos de consumo, originam-se rendas, criam-se mercados nos quais a oferta e a procura se encontram. Os resultados do movimento financeiro decorrentes do turismo são expressivos e justificam a inclusão dessa atividade na programação da política econômica de todos os países, regiões e municípios.

Importante assinalar ainda que a necessidade de lazer da sociedade moderna transformou o turismo numa importante “indústria” com poder de mobilizar pessoas e recursos em todo o mundo, dando à atividade *status* de elemento impulsionador do desenvolvimento econômico e social nos lugares onde passa a desenvolver-se.

Os conceitos primórdios do turismo surgem no início do século passado e o seu desenvolvimento está historicamente vinculado ao desenvolvimento econômico e cultural da humanidade. Por se tratar de um fenômeno social, implica uma combinação complexa de inter-relacionamento entre produção e serviços, em cuja composição integra-se uma prática social com base cultural (MOESCH, 2002).

Tendo em vista a atividade não poder ser vista apenas na perspectiva do mercado, e dada sua complexidade, o turismo se torna objeto de estudo onde são discutidos os efeitos que a atividade causa, sobretudo, no âmbito local, o que reclama planejamento adequado para cada local e uma maior ação de políticas públicas e da iniciativa privada.

Posto isto, pode-se elencar muitos dos benefícios gerados pela atividade, dentre estes, a criação de empregos diretos e indiretos e a geração da renda, tem-se também, a ampliação e melhoria da oferta de serviços de infraestrutura. Além de estímulo às iniciativas de reconhecimento, preservação e divulgação do patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental, o turismo promove o conhecimento, a divulgação da cultura, a auto-estima e a integração entre os povos e as culturas.

Contudo, em razão da sua natureza capitalista a atividade tem poder de propiciar também a concentração de riquezas, a especulação imobiliária, degradação ambiental, dentre outras mudanças, como assinala Krippendorf (2009) ao defender que o turismo só terá futuro se caminhar na direção de um humanismo maior, uma vez que turismo deve servir ao homem e não este, ao turismo.

Após análise das vertentes do turismo e a partir da década de 1990 Krippendorf (2009) tenta despertar uma consciência ambiental que possa colocar o homem numa situação de ativo defensor do seu patrimônio, seja, cultural, ambiental, natural, econômico. Esse pensamento já era descrito por Beni (2001) de que o turismo resulta do somatório de recursos naturais, culturais e econômicos.

Nesse contexto, pode-se destacar a cultura e o patrimônio, que surgem como fatores capazes de fomentar a atividade turística, visto que valorizam as particularidades dos locais, tornando-os atrativos turísticos que além de abrir possibilidades para sua valorização, também funcionam como estratégia de desenvolvimento econômico e social.

De modo geral, percebe-se que na atividade de turismo há vários segmentos, e dentre estes segmentos, o turismo arqueológico surge como indutor de demanda turística. Em razão do seu caráter histórico-cultural o turismo arqueológico está inserido no turismo cultural figurando como expressiva potencialidade turística com capacidade de gerar desenvolvimento econômico e antes de tudo, desenvolvimento sociocultural. Essa vertente promove e potencializa o patrimônio arqueológico (MANZATO e REJOWISKI, 2005).

Na visão de Gomes (2017), o turismo no Nordeste do Brasil tem sido alvo do setor público e privado, cujo discurso é diminuir os problemas sociais e, particularmente, econômicos dos municípios envolvidos. Na verdade, esse é o discurso que tem dado *status* à atividade de turismo, concebendo-a como instrumento de desenvolvimento.

Como se pode perceber, embora a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) tenha sido criada, em 1966, é somente a partir da década de 1990 que o turismo passa a integrar, de forma mais expressiva, a agenda do governo brasileiro.

Dentre a criação de políticas voltadas para o turismo, vale destacar o Plano Nacional de Municipalização do Turismo, implantado em 1994, com a participação e a gestão local, conferindo aos municípios a responsabilidade para desenvolver atividades turísticas e ao governo federal, a atribuição de organizar e orientar as tomadas de decisões.

Passa-se então a perceber a importância de políticas públicas de turismo voltadas para o desenvolvimento local. Para Buarque (1998), o desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas localidades, com agrupamentos humanos capazes de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população.

Nessa perspectiva o turismo passa a ser inserido no desenvolvimento local onde a dimensão econômica agrega-se aos valores humanos, fazendo com que a atividade estimule experiências e vivências humanas e reduza as desigualdades sociais, objetivando-se promover a inclusão social (BRASILEIRO, 2012). Com relação a esse aspecto, Coriolano (2005, 2009, 2016); Sen (2000); Krippendorf (2009); Barreto (1990,1999, 2001 e 2010) e outros destacam a relevância dessa concepção para alcançar o desenvolvimento pautado no desenvolvimento humano.

É na perspectiva do local, que destacamos o Sítio Arqueológico Itacoatiara como importante atrativo turístico. Sendo mais conhecido com a Pedra de Ingá, o sítio localiza-se no município de Ingá, PB, região intermediária de Campina Grande, PB. Trata-se de um monumento tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN), sendo o mais visitado do Estado da Paraíba. O Sítio Arqueológico Itacoatiara dispõe de um grupo de painéis rochosos, com dezenas de inscrições rupestres, formando fantásticos painéis com mensagens até hoje não decifradas.

Conforme relatos de Souza (2014), a arte rupestre é uma forma de comunicação através de convenções; é uma maneira de se relacionar com as pessoas através do tempo. As representações rupestres refletem aspectos simbólicos da sociedade humana que as produziram. A partir dessa afirmação, percebe-se o quanto as inscrições rupestres são importantes para a humanidade, as quais motivam a investigação científica a fim de obter informações mais nítidas sobre a vida e os costumes de civilizações passadas.

As razões que motivaram a escolha do tema de pesquisa fundamentam-se na carência de estudos sobre a dinâmica da atividade de turismo no Sítio Arqueológico Itacoatiara, na perspectiva do desenvolvimento no município de Ingá, PB, sendo essas determinações os objetivos principais. Tendo ainda os seguintes objetivos específicos:

a) Averiguar se há contribuição do setor público no fomento à atividade de turismo local;

b) Interpretar a percepção dos atores sociais envolvidos no segmento do turismo arqueológico na perspectiva do desenvolvimento local.

O estudo está estruturado em três secções, além dessa introdução. A primeira apresenta um amplo referencial teórico sobre o tema estudado. A segunda consiste nos procedimentos metodológicos de coleta e análises dos dados e a terceira secção, consiste na apresentação e discussões dos resultados à luz da literatura e por fim, são apresentadas as conclusões.



## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Turismo e suas definições

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente, por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (DE LA TORRE, 1992).

De acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2008), o turismo é uma atividade estratégica que tem a capacidade de gerar oportunidades de emprego e diminuir a pobreza nos países em desenvolvimento. Nos últimos tempos vem sendo disseminado como setor estratégico na geração de negócios, atraindo investimentos e culminando em geração de emprego e renda com a finalidade de produzir mudança social.

O turismo tem apresentado, nos últimos anos, índices crescentes nas mais diversas regiões do mundo, proporcionando desenvolvimento econômico, assim como a ampliação do mercado de trabalho e geração de mudanças no quadro social (LIMA, 2006). Embora, seja uma atividade complexa, o potencial de impacto tanto positivo quanto negativo tem afetado as relações sociais e o ambiente (SOUZA, 2000).

Na percepção de Andrade (1995) o turismo “é o complexo de atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos típicos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visitas, lazer e entretenimento”.

Tendo em vista a complexidade das relações entre os elementos que constituem o turismo e em razão da soma dos fenômenos e das relações que se dão na sua prática, Beni (1998) define assim o turismo, como sendo:

“um complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica. Que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transportes e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios (BENI, 1998, p.37).

Para a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo compreende um passeio de um dia a um determinado local, como um dia de visita em uma cachoeira ou num parque como sendo uma atividade turística, por exemplo, (ANDRADE, 2008).

Para efeitos conjunturais, a definição de turismo mais aceita segundo Souza (2014) é a da Organização Mundial de Turismo (2003) que afirma:

O turismo inclui tanto o deslocamento e as atividades realizadas pelas pessoas durante as suas viagens e estadas, bem como, as relações que surgem entre eles, em lugares distintos de seu ambiente natural, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano e mínimo de 24 horas (pernoite ou destino), principalmente com fins de lazer, negócios e outros (SOUZA, 2014, p.3).

Nessa definição, a OMT destaca especificidades do turismo, como elementos motivadores da viagem esclarecem quanto ao período, delimita a atividade e trata do quesito localização da atividade.

Barreto (1991) ao pretender definir a atividade, o faz dando ênfase ao seu aspecto social, assim sendo, define turismo como sendo o:

[...] movimento de pessoas e atendimento às suas necessidades, assim como as necessidades das outras pessoas, que não viajam. O turismo é o fenômeno de interação entre o turista e o núcleo receptor e de todas as atividades decorrentes dessa interação. É uma atividade multidisciplinar (BARRETO, 1991, p.43).

Nessa definição é dado destaque à interação entre visitantes e visitados, ou seja, consideram-se muito mais a dimensão econômica da atividade do que a social. Visto que o turismo implica um fenômeno de aproximação ou afastamento das pessoas dadas sua capacidade de promover o contato entre as diferentes culturas.

O turismo como atividade econômica teve uma expansão significativa em vários países do mundo a partir da segunda metade do século XX, devido, entre outros fatores, ao desenvolvimento nas áreas de comunicação e transportes, o que possibilitou uma maior mobilidade humana (VELOSO e CAVALCANTI, 2007).

Destaca-se, entretanto, que para se chegar ao turismo como o conhecemos atualmente, houve sem dúvida, um processo evolutivo e interativo nas escalas espacial e temporal. Na secção seguinte apresentar-se-á um breve relato da evolução do turismo e das suas diferentes modalidades, ao longo do tempo.

## 2. 2 Evolução e as diferentes modalidades do turismo

O ser humano não nasce turista, embora sua necessidade e posteriormente, sua curiosidade o transforme num viajante. Na busca de descobrir e aprender, o homem chegou ao lazer. O turismo é entendido na atualidade como tentativa de superar a monotonia do dia-a-dia e de descansar do trabalho (KRIPPENDORF, 2009).

Na visão de Barreto (1999), a existência do turismo é muito mais antiga do que se possa imaginar. Tendo em vista que o ser humano desde tempos remotos empreendia viagens definitivas ou temporárias, como por exemplo, as viagens para assistir os jogos olímpicos, no século VIII a. C., na Grécia.

Ao longo do desenvolvimento da história da humanidade, as viagens foram adquirindo características diferentes. A princípio os deslocamentos das pessoas estavam unidos à procura de bens para a subsistência, à necessidade de melhorar as condições de vida, aos desejos políticos de expansão territorial, aos de descanso e saúde que moviam as classes privilegiadas aos centros termas e também ao comércio (MACHADO, 2013).

É difícil precisar o momento histórico em que se iniciou a atividade turística, visto que o ato de viajar sempre foi comum às diferentes sociedades, desde as pré-históricas até as contemporâneas, na procura por novos territórios, na exploração de paisagens naturais diversas e na busca de distintas formas de divertimento (SILVA; KEMP, 2008).

Os deslocamentos migratórios, as guerras de conquista são exemplos conhecidos de atos de viagens ou, deslocamentos, cujo objetivo era a busca por melhores meios de sobrevivência como assinala Figueiredo (2014):

A necessidade de deslocamento se dá, em um primeiro momento, pela necessidade de buscar alimento ou abrigo, quando o lugar de origem não providencia mais esses itens com facilidade. O nomadismo do homem está, na sua origem, ligado a necessidades básicas sim, mas necessidades de alimentação e abrigo (FIGUEIREDO, 2014, p.295).

A Organização Mundial do Turismo sugere a divisão da evolução do turismo em cinco etapas evolutivas. A primeira é denominada de primórdios e teria se estendido até o século V d. C., cuja motivação seria a busca por abrigo, alimento e clima mais ameno. A segunda compreende o período do século V a XIV, a terceira seria a do Renascimento, estendendo-se do século XIV até o século XVIII. A quarta etapa seria a do período da Revolução Industrial e por fim, a quinta etapa teria sido a do turismo moderno, com início no século XX até os dias atuais (MACHADO, 2013).

Na concepção de Cunha (1997), a evolução do turismo se deu em três etapas; a primeira na idade clássica, nos primórdios da civilização até a primeira metade do século XVIII; a segunda etapa seria a da idade moderna, que compreende o século XVIII até o século XIX e a terceira etapa, seria a da idade contemporânea que começou no século XX até os dias atuais.

Eventos desportivos eram realizados a cada quatro anos na cidade-estado de Olímpia por volta século 7 a.C., e atraíam atletas e espectadores. Esses jogos podem ser compreendidos como as primeiras viagens de lazer estimulando a prática de viajar. Essa prática possibilitava receber viajantes, mas era necessário adaptar e criar estruturas de alojamento, alimentação e transporte para esses primeiros turistas (CEZAR, 2005).

Com a expansão do Império Romano, além do expressivo intercâmbio comercial era ofertado espetáculo circense e lutas de gladiadores, o que daria origem as viagens de lazer. Como se pode constatar, os romanos contribuíram de forma significativa para o que hoje chamamos de turismo, como afirma Badaró (2003),

Os romanos podem ser considerados os primeiros a viajar por prazer. Diversas pesquisas científicas (análise de azulejos, placas, vasos e mapas) revelaram que o povo romano ia à praia e a centros de rejuvenescimento e tratamento do corpo, buscando sempre divertimento e relaxamento (BADARÓ, 2003, 33).

Em virtude das atividades turísticas, muitas estradas foram construídas pelos romanos, possibilitando as viagens. Essas viagens objetivam a busca do prazer, para carregamento de produtos pelo mar, visitas aos parques de águas termais, templos, festividades (BADARÓ, 2003).

Durante o império Romano, apareceu também o Turismo doméstico, com o surgimento de segundas residências, principalmente na Primavera como forma de convivência social. Com a expansão do Cristianismo no mundo, multiplicaram-se as peregrinações religiosas a Jerusalém, mais especificamente à Igreja do Santo Sepulcro, construída pelo imperador Constantino em 326 d.C. Os peregrinos eram conhecidos então como “palmeiros” e, a partir do século 6, passam a ser chamados de “romeiros”, já que a cidade de Roma foi incluída nos roteiros das peregrinações (BADARÓ, 2000).

Com o Renascimento, floresce um período de expressiva produção artística e científica na Europa. Viajar passou a ser uma ambição cultural, uma oportunidade para acumular conhecimentos, aprender línguas e desfrutar aventuras (SILVA; KEMP, 2008).

Até então, a atividade turística era coisa para jovens, na sua maioria, acompanhado de professores ou religiosos. Eram viagens realizadas principalmente pela nobreza masculina e pelo clero. Na Europa do século 16, alguns países se destacavam como centros de efervescência cultural. Visitar esses países era, antes de tudo, um aprendizado indispensável à boa educação (BADARÓ, 2005).

No Séc. XVII, no reinado de Elisabeth I de Inglaterra instaurou-se um incentivo para que os jovens membros da corte, homens, se deslocassem para terminar a sua educação no estrangeiro, predominantemente em França ou Itália. Esta deslocação tinha a duração média de três anos, os jovens eram acompanhados por um tutor. Estas viagens eram comumente designadas por “Grand Tour”. O Grand Tour, ou seja, uma modalidade de viagem que combinava lazer e instrução, difundindo-se entre a elite britânica e, posteriormente, entre a elite europeia (COLANTUONO, 2015).

No período inicial de promoção do mar como oferta turística, a adesão não era significativa. As viagens aos balneários eram recomendadas pelos médicos para a melhoria da saúde e do conhecimento, prática que só era viável à aristocracia (COLANTUONO, 2015).

Com base nas afirmações de Colantuono (2015) somente a partir do Séc. XVIII é que o uso do mar aparece como oferta turística. Antes desse período usava-se a água salgada apenas para beber. Alguns hotéis na costa inglesa começaram a atrair visitantes oferecendo a cura pela ingestão de água do mar e promovendo banhos de imersão.

Com o advento da Revolução Industrial no séc. XIX ocorrem significativas mudanças no mundo do trabalho e isso leva as pessoas a serem motivadas e encorajadas a viajar. Nesse cenário surge o direito a férias remuneradas e folgas; generalização do salário mensal; melhoria dos meios de transporte e investimento nos destinos das viagens. Este cenário será mais tarde um grande impulsionador do turismo (BOYER, 2003).

O turismo se tornou um verdadeiro fenômeno de massa a partir dos anos 50 do século XX, acessível às classes médias dos países desenvolvidos e, posteriormente, passando a ser caracterizada pela sua dimensão econômica, padronização dos atrativos e pelo direcionamento de um grande fluxo de pessoas a localidades específicas (SOUZA, 2012).

Até a década de 1960, o turismo mundial é reconhecido fundamentalmente como a prática de atividades de lazer, se tornando acessível a várias camadas da população por meio de pacotes e financiamentos por empresas que buscavam operar com baixo custo (MOTA, 2007).

O Turismo ganha uma nova dimensão comercial, impulsionado por novos conceitos, novos destinos, e um valor econômico crescente a nível mundial, que gera rendimentos, emprego e equilíbrio nas balanças de pagamentos dos países (COSTA, 2013).

Assim sendo, teria sido o progresso social e econômico, operado no século XIX, que teria permitido o acesso às viagens das populações. Já, no século XX, o reconhecimento das férias pagas promove o turismo trazendo a necessidade do surgimento de organizações nacionais e internacionais nessa área (CUNHA, 2013).

O tempo livre passou a estar bastante associado ao tempo de consumo nas sociedades pós-modernas, pois este tempo livre remunerado adquirido pela classe trabalhadora dos movimentos sindicais, desde o século XIX, se converteu progressivamente em oportunidade para o consumo (CUNHA, 2013).

No contexto da globalização, o turismo tão difundido no pós-guerra, foi responsável pela enorme circulação de pessoas em todo o mundo. Com a institucionalização das férias remuneradas, o tempo não produtivo ou de ócio, o cenário se mostrou bastante promissor para a atividade. Simbolizando lazer e viagens, a atividade passa a ser um desejo dos trabalhadores ávidos por se ausentarem da realidade estressante da rotina de trabalho assalariada do sistema capitalista. Dessa forma percebe-se que o capitalismo viu na atividade de turismo uma oportunidade a ser explorada (BENI, 2003)

### **2.3 O turismo arqueológico.**

O turismo arqueológico é uma atividade que possibilita o acesso e fruição do patrimônio arqueológico, espaço esse procurado por visitante. Um patrimônio arqueológico é um bem cultural (MENESES, 2007).

O termo empregado nos países anglo-saxônicos para este ramo da Arqueologia voltado ao Planejamento Ambiental é “Cultural Resource Management”, ou seja, Gestão de Recursos Culturais, por ser o que melhor se adéqua à realidade ambiental brasileira, por permitir colocar os bens arqueológicos em pé de igualdade com os recursos naturais (CALDARELLI, 1999).

Para Carvalho (2010), o turismo é uma atividade que necessita dos testemunhos da cultura material para a formatação de roteiros, produtos e atrações, isto é, configura-se de um produto competitivo no mercado de consumo, emerge um vínculo estreito entre patrimônio cultural, turismo e arqueologia.

A visitação aos sítios arqueológicos no Brasil já ocorria antes do final do século passado. Não há consenso na bibliografia de referência sobre o período de surgimento, que compreende como turismo. No Brasil, é adotada oficialmente a proposta da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2010).

Com o crescimento do turismo, estimulado pela intensificação dos fluxos de pessoas e informações associados ao processo de globalização, acentuou-se a tendência de busca por destinos turísticos pouco explorados, como o arqueológico, considerado pelo Ministério do Turismo (2010), como turismo cultural, porém, o estudo e a prática do turismo arqueológico podem ser considerados atividades recentes no Brasil.

Alguns autores restringem o conceito à visitação aos sítios, em vez de turismo arqueológico. Para Manzato (2007), o “arqueoturismo” é uma atividade que consiste no deslocamento e na visitação de sítios arqueológicos, onde são encontrados os vestígios remanescentes de antigas sociedades, sejam elas pré-históricas e/ou históricas. Já, Wildmer (2009), o turismo arqueológico refere-se ao deslocamento voluntário e temporário de indivíduos a locais onde se encontram vestígios materiais representativos do processo evolutivo do homem no planeta.

Neste contexto, os sítios arqueológicos estão despertando o interesse, não somente dos pesquisadores, mas, também, dos turistas e, conseqüentemente, dos trades turísticos. Assim, surge o Turismo Arqueológico ou Arqueoturismo, atividade turística em sítios arqueológicos onde tanto os turistas quanto a população local pode perceber a importância do passado histórico e que o patrimônio tenha uma infraestrutura mínima para receber os visitantes e que não o descaracterize (RODRIGUES, 2017).

O turismo arqueológico pode trazer benefícios quando desenvolvido em sítios planejados e estruturados para tal atividade. Por isso, o Ministério do Turismo (2010) considera que esse segmento turístico surgiu, de forma organizada e planejada, como uma alternativa para a difusão de conhecimento relacionado às pesquisas e aos achados arqueológicos, assim como à própria arqueologia em si.

No turismo arqueológico estão presentes vários tipos de manifestações culturais e dentre elas a arte rupestre. A arte rupestre é o termo que denomina as representações artísticas pré-históricas realizadas em paredes, tetos e outras superfícies de cavernas e abrigos rochosos, ou mesmo sobre superfícies rochosas ao ar livre, como será descrito a seguir.

### 2.3.1 A arte rupestre na Paraíba

Arte rupestre é o termo empregado para denominar o tipo de arte mais antigo da história, com início no período Paleolítico Superior. Encontrada em todos os continentes, a arte rupestre divide-se em dois tipos: a pintura rupestre (composições feitas com pigmentos) e a gravura rupestre (imagens gravadas em incisões na própria rocha). Os primeiros registros sobre a arte rupestre brasileira remontam ao século XVI, quando os europeus iniciaram o processo de colonização do continente americano (JUSTAMAND et al., 2017)

Os registros das artes rupestres são considerados os únicos vestígios deixados pelos homens pré-históricos e, por isso, representam os mais expressivos comportamentos humanos sobre as relações com o meio natural (CARVALHO, 2012).

Fernandes (2012) cita que o Estado da Paraíba tem mais de 500 sítios com arte rupestre, sendo os principais os das Pedras do Touro, do Gato e da Velha Chica, a Gruta do Silêncio, a Pedra do Ingá e o Lajedo de Pai Mateus, embora estudos sobre eles sejam ainda restrito.

Nesses sítios, os registros rupestres (pinturas e gravuras) são estampados na sua maioria, nas paredes rochosas de cânions (chamados de boqueirões) e em paredes e tetos de abrigos ou cavernas. O principal do monumento dessa tradição de gravuras é a Pedra Lavrada do Ingá, localizada na cidade do Ingá, na Paraíba, onde foi identificada a subtradição Ingá, a partir da análise de 19 sítios arqueológicos encontrados na região (SANTOS, 2014).

As Figuras 1 e 2 mostram, respectivamente, as gravuras rupestres e os desenhos esquemáticos da Itacoatiara da Pedra do Ingá, Ingá, PB.

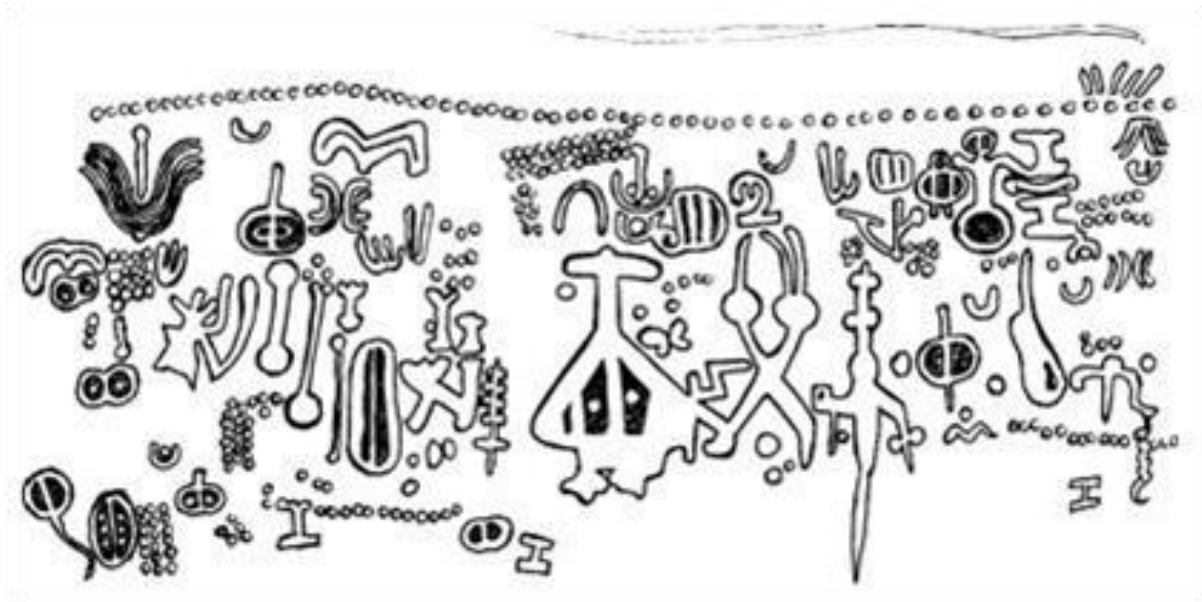
**Figura 1.** Gravuras rupestres vertical do painel principal vertical da Itacoatiara da Pedra do Ingá, Ingá, PB.



Fonte: Santos, 2014.



**Figura 2.** Desenho esquemático da Itacoatiara do Ingá, Ingá, PB.



Fonte: Santos, 2014

Destes sítios arqueológicos, apenas a Pedra do Ingá, localizada no município de igual nome, foi tombada pelo DPHAN (o atual IPHAN), por iniciativa de Pereira Júnior, em 1944, o qual realizou um estudo ‘in loco’ daquelas inscrições rupestres (PEREIRA JÚNIOR, 1970).

Para Almeida (1979), os são sítios arqueológicos são aqueles que têm pinturas e gravuras rupestres. Esses sítios na visão de Santos (2007) configuram-se como monumentos singulares e de valor incontestável, pois retratam fragmentos do cotidiano humano. Gaspar (2003) acrescenta que a arte rupestre consiste em representações gráficas elaboradas em suportes rochosos, presente em diversos ambientes frequentados pelas culturas pré-cabralianas.

Relatos de Fernandes (2012) destacam que boa parte do patrimônio arqueológico existente no Estado da Paraíba vem se perdendo ao longo do tempo, em decorrência da depredação do homem. Muitos vestígios rupestres foram destruídos, por ignorância ou conveniência.

Há indícios que as visitas aos sítios arqueológicos no Brasil já ocorriam antes do final do século XX, haja vista as marcas deixadas pela arte rupestre com datas diversas. Embora o turismo como atividade econômica tivesse expansão significativa em vários países do mundo, somente a partir da segunda metade do século XX, devido o desenvolvimento nas áreas de comunicação e transportes, o que possibilitou uma maior mobilidade humana (VELOSO e CAVALCANTI, 2007).

O turismo arqueológico também se inscreve no universo do turismo sustentável que começa a ganhar destaque a partir dos desdobramentos e discussões sobre turismo alternativo. Embora exista discordância desse conceito por alguns autores, dentre eles Anjos (2010) ao questionar que as três dimensões básicas que são: ambiental, econômica e social possuem lógicas diversas e, muitas vezes, incompatíveis.

Partindo da percepção de que o crescimento do turismo estimula a intensificação de fluxos de pessoas e informações e que a busca por destinos turísticos pouco explorados tem aumentado, é nesse cenário que o turismo arqueológico se insere, e por sua vez vem sendo desenvolvido de maneira diversa e ocorre nas interfaces dos segmentos turísticos: ecoturismo, turismo rural, o de aventura, dentre outros. No entendimento de Pereira e Figueiredo (2007), as bases do turismo arqueológico estão tanto no turismo cultural quanto no ecoturismo.

#### **2.4 O turismo no contexto nacional**

No Brasil, o turismo é entendido como uma atividade econômica pertencente ao setor de serviços, diferentemente do que ocorre em muitos outros países no mundo, tais como Inglaterra, Alemanha, onde se considera a atividade parte do setor secundário, ou seja, da indústria (LOHMANN, 2012).

O turismo foi inserido no Brasil como atividade econômica e de integração competitiva, com a implantação da primeira Política Nacional de Turismo (1996) voltada à inserção de infraestrutura básica e turística, capacitação de recursos humanos, modernização da legislação, descentralização de gestão pública e promoção do turismo no Brasil e no exterior (GALDINO; COSTA, 2011).

De acordo com Vieira (2011) foram várias as tentativas de organização do setor de turismo no Brasil. Para Goulart (1990) e Vianna (2018), o investimento na atividade de turismo no Brasil teria “coincido” com os objetivos políticos do Governo Vargas de “vender” uma imagem moderna, confiável e aprazível do país, seus habitantes e, certamente, de seu governante. Para isso, criou, em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com a Divisão de Turismo (DT), com as seguintes atribuições:

De acordo com o regimento do DIP, a divisão deveria organizar planos de propaganda no exterior e executá-los, organizar fichários e cadastro de informações turísticas, corresponderem com outras organizações no plano internacional, organizar e divulgar material de propaganda turística sobre o país (GOULART, 1990, 72 ).

Após essas datas, percebe-se o interesse governamental e a aproximação de atividades de Turismo, Propaganda e Patrimônio no período de 1930-1945. Passando a serem tratados como suportes políticos com o propósito de transformá-los em instrumentos que pudessem dar o suporte necessário à criação de uma ideologia nacional, enfatizando a cultura brasileira e promovendo uma imagem positiva do país e do Governo (VIANNA, 2018).

Com a finalidade de organizar a atividade houve a necessidade de elaboração de legislação para o exercício da atividade, sendo criado o Decreto Lei 406, em 4 de maio de 1938, com os procedimentos de venda de passagens aéreas, marítimas e terrestres. Mais tarde, em 1940, foi instituído o Decreto Lei Nº 2.440 para tratar exclusivamente das agências de viagens. No entanto, em 1946 foi extinta a Divisão de Turismo e em decorrência disto, as agências passaram a ter os seus registros no Departamento Nacional de Imigração e Colonização, organismo esse que assumiu o turismo no país (CRUZ, 2001).

Em 1958, por meio do Decreto-Lei Nº 44.863, de 21 de novembro, foi criada a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR). De acordo com Dias (2003), dentre as atribuições da Comissão estavam:

- a) a coordenação das atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo interno e ao afluxo do estrangeiro;
- b) o estudo e a supervisão das medidas relacionadas com a movimentação de turistas;
- c) a simplificação e a padronização das exigências e dos métodos de informação, registro e inspeção relativos aos viajantes e aos seus bens, recursos pessoais, meios de transporte e hospedagem;
- d) a promoção e o estímulo, por todos os meios a seu alcance, dos planos e equipamentos turísticos, especialmente os que se referem á construção e à remodelação de hotéis;
- e) a criação de serviços e instalações que ampliem e completem as zonas turísticas;
- f) a realização, com a colaboração dos Estados e Municípios, do inventário das áreas de interesse turístico existentes no país, a fim de ser levantado o patrimônio natural, com a finalidade de proteger, por meio de legislação adequada, a paisagem e outros motivos considerados como atração turística.

Como se pode observar a COMBRATUR foi de grande importância no que se refere à articulação de uma política nacional de turismo, embora tenha sido extinta no ano de 1962.

O Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), criado em 1966, com objetivo de divulgar o Brasil assume o papel de normatizar as empresas

prestadoras de serviços turísticos, facilitando incentivos fiscais, além de executar as diretrizes que norteiam a atividade de turismo (VIEIRA, 2011).

A partir do Decreto lei N°.55, de 18 de novembro de 1966, é criada, efetivamente, uma estrutura federal para a administração do turismo, com a instituição de órgãos como a EMBRATUR e a CNTUR. Nesse decreto, em seu artigo 1º, é definida a Política Nacional de Turismo (BENI, 2006).

Como se pode notar o turismo entrou na agenda do governo de forma mais efetiva a partir dos anos 1990, momento em que são estabelecidos caminhos e novas possibilidades situando a atividade para discuti-la como estratégia de desenvolvimento, além da sua capacidade de produzir mudança social.

Nos anos 90 as iniciativas adotadas pelo governo federal eram concentradas na esfera central: o corpo técnico da EMBRATUR e o Ministério da Indústria e Comércio, tendo assim pouca participação dos demais setores envolvidos no turismo. No ano de 1994, o governo federal começou a preocupar-se e modificar esse quadro de centralização das políticas públicas, possibilitando assim a descentralização do turismo, com o lançamento, em 1996, do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).

O turismo surge na agenda do governo brasileiro através de alguns eventos pontuais, especialmente, a partir de 1994, com o lançamento do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), quando se disseminou o turismo como gerador de emprego e renda (GALDINO; COSTA, 2011).

Nesse período o turismo passou a ter redução de impostos e minimização da participação do estado, abrindo assim caminhos para a consolidação do mercado, estabelecendo-se parcerias entre o setor público e o privado, com estados e municípios, tendo como principal ação de política pública o Programa Avança Brasil (ATHENIENSE, 2004).

O processo de implementação do PNMT nos municípios passou por uma série de etapas, que podem ser sintetizadas da seguinte maneira: preenchimento do Relatório de Informações Turísticas – RINTUR (estabelecido pela Deliberação Normativa 417), treinamento dos Agentes Multiplicadores, conscientização da comunidade, formação do Conselho Municipal de Turismo, criação do Fundo Municipal do Turismo, elaboração e implementação do Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal (LOBATO, 2001).

Com essa perspectiva, o PNMT pretendia dotar os municípios brasileiros de condições técnicas e organizacionais para que tivessem a capacidade de criar os seus Conselhos Municipais de Turismo, incluindo suas comunidades de forma participativa na formulação e da gestão do Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável. Para tanto, o

PNMT estava baseado em princípios que são os da descentralização, sustentabilidade, parcerias, mobilização e capacitação (PEREIRA, 2000).

A ideia inicial do programa requeria uma decisão por parte do poder municipal e dos municípios na opção pelo turismo, uma vez que o programa não oferecia aportes financeiros. A leitura do documento permite observar que ocorreu um desvio em relação à proposta inicial de autonomia e adesão voluntária. Os recursos, inicialmente inexistentes, surgem ao longo do tempo, sendo que, ao final de 1999, o PNMT possuía um milhão de reais para sua aplicação, estando incluído, a partir do ano de 2000, no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA).

Uma característica comum aos dois programas é que o objetivo não é o repasse de recursos e sim o repasse de informações, de orientações. Enquanto o PNMT tinha uma atuação através da realização de oficinas, o PRT abrange suas ações através das reuniões dos Conselhos Regionais de Turismo (VIRGINIO; FERREIRA, 2013).

Merece destaque a Política Nacional de Turismo de 2000, que definiu como um de seus objetivos estratégicos a descentralização, a partir do:

- fortalecimento das secretarias e órgãos estaduais/municipais para a gestão do turismo;
- transferência de responsabilidade para a gestão das atividades turísticas através do PNMT;
- delegação de atividades a entidades privadas;
- terceirização de serviços.

Com a criação do Ministério do Turismo, em 2003, iniciou-se a construção de uma Política Nacional de Turismo. A partir desse período, o Instituto Brasileiro de Turismo, mais conhecido como EMBRATUR, reorganizou sua estrutura e orientou seus esforços exclusivamente para o mercado internacional, com o desafio de cuidar da Promoção do Destino Brasil no exterior. Dessa forma, o desenvolvimento do turismo interno ficou estritamente a cargo do Ministério do Turismo (LOHMANN, 2012).

Vale destacar que a Lei Geral do Turismo compreendeu um marco regulatório para o turismo. Esta Lei estabeleceu normas sobre a Política Nacional de Turismo, definiu as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos (BRASIL, 2010).

Diante do exposto, é possível se observar a contribuição do turismo para o desenvolvimento local como será apresentado a seguir.

## 2.5 Desenvolvimento: uma breve discussão

Uma rápida busca em dicionários trará resultados como crescimento, expansão, propagação, incremento, amplitude, elaboração, melhoria entre outros. Assim, o termo “desenvolvimento” está posto no nosso inconsciente como algo positivo, algo melhor. Estando diretamente ligado a outros termos como progresso e evolução. Tendo, portanto, uma conotação otimista que faz com que o desenvolvimento além de aclamado seja também desejado.

O paradigma ocidental do progresso sempre esteve na gênese da política de desenvolvimento no Brasil. Com o passar do tempo esse modelo de desenvolvimento se revelou ineficiente à medida que o crescimento econômico não resultava em desenvolvimento das pessoas (BRESSER-PEREIRA, 2014).

Nos anos de 1960/70, a compreensão de crescimento econômico como sinal de desenvolvimento ou bem-estar da população não se sustenta tendo em vista que o modelo de desenvolvimento adotado estava favorecendo a concentração de renda. Ou seja, “o crescimento seria o mero aumento da renda *per capita* enquanto que o desenvolvimento envolveria transformações sociais e políticas” (BRESSER-PEREIRA, 2014).

Nessa mesma perspectiva, Morin (2000) chamou a atenção para a ideia na qual desenvolvimento continua ainda tragicamente subdesenvolvido porque está presa à racionalidade econômica:

O desenvolvimento é a palavra-chave, tornada, em torno do qual se debateram todas as vulgatas ideológicas da segunda metade do nosso século. No fundamento da ideia dominante de desenvolvimento está o paradigma ocidental do progresso. O desenvolvimento deve assegurar o progresso, o qual deve assegurar o desenvolvimento. (MORIN, 2000, p.78).

O que estava posto era condicionar o desenvolvimento das economias periféricas à sua capacidade de absorver o progresso técnico enviado pelo centro, tratando-se, portanto, de um “desenvolvimento em condições de dependência, o que significaria apenas transplante da civilização industrial, concebida como ideal de modernidade e progresso, baseado no estilo de vida material oriundo de outro contexto histórico” (FURTADO, 1974).

O discurso de que o desenvolvimento econômico seria o mecanismo capaz de trazer crescimento às regiões atrasadas ao ser desmistificado, é percebido como um paradigma de desenvolvimento que não passa de um mito (FURTADO, 1974; DUPAS, 2006).

O desenvolvimento, nos termos de Furtado (1974), não é fruto do acaso ou mera transformação, pois comporta um elemento de intencionalidade. A história determina em grande medida as condições necessárias para que o desenvolvimento se manifeste como uma possibilidade

Por um lado, dá-se como evidente que as formas de organização social prevalentes nos países periféricos conduzem à aculturação das minorias dominantes, integrando as estruturas de dominação interna e externa e, conseqüentemente, excluindo as maiorias dos benefícios do esforço cumulativo. Daí que o crescimento econômico não conduza por si só ao desenvolvimento (FURTADO, 1994, p. 3).

A concepção de centro-periferia defendida por Furtado (1994) se alinha ao entendimento de Almeida (1998) que concebe centro-periferia como uma dinâmica sistêmica específica própria, havendo uma reafirmação da condição de periferia conforme ocorre a interação com o centro, sendo que a desigualdade do sistema é inerentemente reproduzida.

Frente essa realidade Dupas (2006) enfatiza que o discurso dominante das elites globais, onde o progresso figurava como única forma de desenvolvimento trouxe também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, desrespeitando direitos humanos essenciais.

Uma vez “desmistificada” a ideia de desenvolvimento tendo como seu correspondente o crescimento econômico, a realidade impõe o desafio de se promover um modelo de desenvolvimento que desenvolva as pessoas, tendo em vista seu bem-estar. Como bem define Rodrigues (1999)

O vocábulo desenvolvimento, muito desgastado, não significa crescimento e muito menos regular distribuição da riqueza. Não basta um grande aumento do PIB, alardeado em letras garrafais pela mídia impressa. A economia não é tudo sem eficácia social ( RODRIGUES 1999, p.10).

A partir dessa lógica, a década de 1990 se destaca como período em que são lançadas bases para se pensar um novo modelo de desenvolvimento, agora centrado em reduzir a pobreza e as desigualdades. Nesse cenário passa-se a perceber a valorização do local e da diversidade como diferencial de qualidade e competitividade aproveitando as potencialidades locais.

De acordo com Bourdin (2001) o desenvolvimento local se funda em três elementos, a saber: a constituição do vínculo social, no viver junto, o segundo elemento se refere a privilegiar-se a democracia direta e por fim, o terceiro elemento se refere a articulação entre as diferentes escalas sociais. Essa compreensão está em acordo com as ideias de Zapata

(2006), que considera que os processos de descentralização política e a redefinição do papel do Estado contribuem para o modelo de desenvolvimento local.

É centrado nessa percepção que Bourdin (2001) afirma que:

[...] local oferece uma resposta que privilegia a diversidade, as diferenças, a multiplicidade das escalas e a força das pequenas unidades. Isso leva a pensar a mundialização como uma obrigação “artificial” imposta a uma organização social mais “natural” fundada nas entidades pequenas e médias que resistem a ela. (BOURDIN , 2001, p.29)

Em relação a essa citação, percebe-se que embora a globalização pretenda ser impositiva ordenando que se viva não o tempo natural, mas o tempo das relações políticas e econômicas, ainda assim mostra-se possível situar a atividade de turismo considerando suas dimensões sociais e culturais, visto que ela se apresenta como atividade globalizada e ao mesmo tempo como atividade localizada. Com a possibilidade de ser uma atividade local, se ampliam as chances de inclusão social e, conseqüentemente, de desenvolvimento local.

## **2.6 O turismo como fator de desenvolvimento local?**

O turismo é uma atividade econômica das mais importantes do mundo. Nele ocorrem fenômenos de consumo, originam-se rendas, criam-se mercados nos quais a oferta e a procura encontram-se. O movimento financeiro decorrente do turismo é expressivo e justifica que esta atividade seja incluída na programação da política econômica em diferentes escalas espaciais.

O turismo pode ser considerado uma atividade transformadora do espaço, por requer organização no setor. Trata-se de uma atividade que aproveita os bens da natureza sem consumi-los, nem esgotá-los; emprega uma grande quantidade de mão de obra; exige investimento; gera rendas individuais e empresariais; produz múltiplos efeitos na economia, dentre outros.

A partir desse olhar a ideia de desenvolvimento local implica uma construção política com uma nova proposta para responder e incentivar o desenvolvimento considerando as particularidades locais, bem como as necessidades das pessoas em suas diversas dimensões. Nessa abordagem local, a atividade de turismo abandona seu caráter predatório e economicista tão presente dos primeiros discursos do desenvolvimento no Brasil, passando a ser pensada como atividade capaz de promover mudança social no nível local (CORIOLANO, 2009).



A Organização Mundial do Turismo fornece orientações no sentido de que há a necessidade de que a comunidade local deva ser inserida nas discussões sobre as opções de desenvolvimentos possíveis para decidir sobre as alternativas a serem adotadas. Evitando assim que os destinos do turismo sejam conduzidos por atores e grupos alheios aos interesses da população local (BRUNEL, 2007).

De acordo com Brunel (2007), o modelo de desenvolvimento baseado apenas no crescimento econômico começa a experimentar uma espécie de estagnação, começando a ser substituído aos poucos pelo modelo de desenvolvimento mais voltado para o respeito aos recursos naturais e a melhoria das condições de vida de todos.

Nesse contexto, a ideia defendida é que o desenvolvimento acontece quando a sociedade toma consciência dos problemas, expressa suas preocupações e aspirações e se empenha em resolvê-los. Assim, percebe-se que a base para o processo de construção do ambiente competitivo e cooperativo é a ação local. No local, os agentes influenciam e sofrem influências, e o resultado desse movimento é a renovação do papel do território e a vantagem competitiva (BENI, 2000).

O desenvolvimento local acontece a partir do interior da localidade, parte dos interesses e demandas dos atores locais, onde o protagonismo é uma realidade. “O lugar é palco de relações, solidariedade e protagonismos indesmentíveis, mesmo que invisíveis para quem o observa de longe” (RODRIGUES, 1999).

Para Menezes (2004), a atividade turística está diretamente ligada ao desenvolvimento local, ao utilizar as potencialidades e a mão de obra da comunidade, na relação desta com o ambiente, integrando-a e recuperando a iniciativa na perspectiva de resgatar e valorizar o saber do local.

Esses aspectos positivos se traduzem inicialmente em ganhos econômicos, ou seja, os primeiros elementos a serem apontados quando se pretende desenvolver a atividade num dado local é o seu aspecto econômico. É essa a compreensão de Krippendorf (2009) quando afirma que o interesse maior na atividade de turismo se funda antes de tudo nos ganhos econômicos.

Para este autor, os impactos positivos da atividade como, por exemplo, a renda, emprego, estímulo a melhoria da infraestrutura dentre outros, estão entre os principais elementos associados à atividade. Quantos aos impactos negativos podem ser as dependências econômicas do setor, sazonalidade do trabalho, aumento de preços e a especulação imobiliária.

No que se refere aos impactos negativos advindos da atividade de turismo, podem ser destacados as más condições de trabalho, aumento da criminalidade, prostituição infantil, e

em alguns casos até segregação sócio espacial da população local (RODRIGUES, 1999). Embora pareça à primeira vista uma atividade com grande capacidade de gerar desenvolvimento econômico e social, há também de se considerar que a atividade tem grande capacidade de impactar os lugares onde se estabelece de forma negativa.

Para Krippendorf (2009) “o turismo chega a ser desastroso, desumano e autodestruidor” e, por isso, a atividade precisa ser redefinida a partir de um enfoque mais humano. Daí defende-se que o turismo só terá futuro se caminhar na direção de um humanismo maior, tendo em vista o turismo servir ao homem, e não o contrário.

Nesse sentido Coriolano (2005), enfatiza que pelo fato de uma das características da atividade turística causar impactos negativos, deve-se considerar a importância de ações planejadas para conservação e valorização da cultura local. Condições essas que aproximam o turista de uma realidade distinta da sua, tornando-o um aliado na manutenção e preservação dos bens que compõem o patrimônio cultural do local.

O turismo enquanto atividade pertencente ao modelo capitalista, objetivando a acumulação de riquezas, surgiu às contrapropostas de políticas de turismo, chamadas de alternativas ao modelo dominante, elegendo outras prioridades, o bem-estar social das comunidades acima da acumulação capitalista (CORIOLANO; SAMPAIO, 2016).

Lima (2006) colabora nessa discussão, ao compreender que embora a atividade apresente índices de crescimento significativos, traz o desenvolvimento econômico e mudanças no quadro social. Fundamenta-se na exploração dos recursos naturais e, por isso, se torna uma atividade potencialmente ameaçadora, necessitando, portanto, ser planejada, para inibir prováveis perdas.

No cenário de prós e contras que a atividade de turismo apresenta, tem-se, portanto, a necessidade de planejamento ao se pretender promover o desenvolvimento local a partir do turismo. Uma vez que o modelo de desenvolvimento pensado “de baixo para cima”, na qual os atores locais atuam na definição, execução e controle da atividade parece se aproximar mais de um paradigma de desenvolvimento centrado no desenvolvimento das pessoas.

Esse tipo de modelo de desenvolvimento tem como objetivo a redução das desigualdades sociais, o estímulo da capacidade política e de gestão a partir de novos arranjos institucionais, que tendem a valorizar o capital humano local e o capital social presente na formulação para fortalecer a sua aceitação política (ENDRES, 2008).

Nesse contexto a ideia de Barreto (1990) é substancial e apela para a possibilidade da atividade ser simplificada, tendo em vista seus atores locais, como afirma:

Quando o turismo se desenvolve em lugares pequenos, que ainda apresentam características de comunidade porque seus membros são poucos e mantêm interesses comuns, a tarefa se torna mais simples (BARRETO, 1990, p.135).

A ideia de Barreto é plausível porque pensa o turismo como fenômeno social e, portanto, possível como instrumento para desenvolver não só o local, mas, sobretudo, as pessoas. Sem essa consideração, o desenvolvimento se traduziria somente em crescimento econômico, que já demonstrou não ser eficiente na superação dos problemas sociais de sua população, como bem assinala Sen (2000):

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: a pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados opressivos. Apesar de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas - talvez até mesmo à maioria (SEN, 2000, p.18).

O fato é que reduzir o turismo a uma mera atividade econômica, tendo em vista ser a atividade também um fenômeno social, faz com que ela sofra manipulações de interesses dominantes, dificultando sua condução para o bem-estar comum, para o atendimento das demandas locais.

A própria Política Nacional do Turismo (PNT) dá ênfase ao territorial e materializa esse posicionamento com a institucionalização do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). No processo de reestruturação do PNT (1994) resgata-se a representação do ator municipal como agente de desenvolvimento, considerando ser ele o detentor das realidades e demandas locais, pretendendo-se assim garantir a permanência do interlocutor estadual como forma de fortalecer e estender a rede de mobilização (MTUR, 2010).

Tendo em vista o turismo como um fenômeno social, mas, sobretudo, uma atividade econômica, isso faz com que o mesmo sofra manipulações de interesses dominantes. Embora isso não impeça que a atividade seja conduzida para o bem-estar comum, sem se fundamentar apenas na lucratividade, mas também na observância dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas. A própria Política Nacional do Turismo (PNT) dá ênfase ao territorial e materializa esse posicionamento com a institucionalização do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).

No processo de reestruturação objetiva do PNT, em 1994, resgata-se a representação do ator municipal como agente de desenvolvimento, considerando ser ele o detentor das

realidades e demandas locais, cuja garantida a permanência do interlocutor estadual como forma de fortalecer e estender a rede de mobilização (MTUR, 2010).

Assim sendo, dada sua capacidade de promover o desenvolvimento local através da valorização dos patrimônios naturais e culturais da comunidade, o turismo se revela como sendo importante instrumento no processo de reconhecimento e valorização das potencialidades locais. Segundo Coriolano (2009), quando parte de projetos endógenos, a atividade gera trabalho para os residentes, beneficia os pequenos empreendimentos locais, dinamiza o capital local e garante a participação de todos, dando espaço também as mulheres e aos jovens.

Desse modo percebe-se que o modelo de desenvolvimento local que se pauta no bem-estar das pessoas, começa pelo incentivo ao protagonismo na elaboração e execução dos projetos turísticos locais, considerando-se as suas características, as demandas da população e o sonho coletivo. Atributos esses que contribuem positivamente para a melhoria na qualidade de vida das pessoas.

## **2.7 Principais características físicas, demográficas e sociais do município de Ingá**

O município de Ingá, localizado na região intermediária de Campina Grande, no estado da Paraíba, com área de 288 km<sup>2</sup> e uma população de 18.180 habitantes, sendo 11.599 (63,8%) residente na zona urbana e 6.581 (36,2%) na zona rural. O referido município tem densidade demográfica de 63,13 hab/km<sup>2</sup> e índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de 0,592.

O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,5 e 0,599). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi educação com crescimento de 0,231, seguida por longevidade e renda (PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOAO PINHEIRO, 2013).

O município de Ingá foi fundado em 1840 e dispunha de uma área de 1.885,2 km<sup>2</sup>, estendendo-se pela depressão sublitorânea, por alguns esporões do Planalto da Borborema e atingiam as Serras de Natuba e Umbuzeiro, que limita-se com o Estado de Pernambuco. A atual cidade de Umbuzeiro teve a sua independência política, em relação a Ingá, em 1890 (MOREIRA, 2003).

A história de Ingá começou em meados do século XVII. Surgiu a partir de um pequeno povoado que cresceu e transformou-se em vila e depois em cidade. A economia produtiva teve por base a criação de bovinos e a formação da área territorial do referido

município a partir de pequenas propriedades, passando a ser entreposto para tropeiros que afluíam aos sertões (SORRENTINO, 1993)

Logo após a sua efetivação como Vila Ingá, é introduzida no local a cultura do algodão. Em razão das suas terras férteis o município alcança em pouco tempo status de grande produtor de fibra de grande aceitação pela indústria. O município nessa época dispunha de técnicas avançadas na produção do algodão. Na cidade havia um expurgo que melhorava as sementes, daí passa a ser considerada como a cidade que produz o melhor algodão da região. Em razão dessa prosperidade, se instala no local a Anderson Clayton em 1936 (FERREIRA, 2017).

A Anderson Clayton foi uma usina de beneficiamento de algodão. A usina tinha máquinas modernas e recebeu isenções do Governo na época. O algodão era comprado de pequenos produtores para ser beneficiado por seus motores. Eram contratados os fazendeiros da região que serviam como intermediários comerciais. A usina foi desativada no final dos anos 1950 deixando grande lacuna na economia ingaense (FERREIRA, 2012).

O fato é que a cultura do algodão impulsionou a urbanização da cidade de Ingá contribuindo diretamente na atividade do comércio local. Além de permitir ao município o reconhecimento como cidade paraibana que produziu o melhor algodão (FERREIRA, 2012).

Como se pode perceber, o município de Ingá seguiu a maioria dos municípios brasileiros no que se refere ao seu desenvolvimento enquanto cidade, tendo a agricultura como base econômica. Passando a perceber somente nas últimas décadas a sua vocação turística, bem como a possibilidade dessa atividade complementar a economia local.

### ***2.7.1 Vocação turística e o patrimônio histórico do município de Ingá.***

Para que um lugar seja qualificado como turístico são considerados seus aspectos naturais, artificiais, culturais, sociais, positivos e negativos e então a partir desses fatores observados inicia-se a busca pela identificação de uma ou mais vocações turísticas para o lugar.

O potencial natural geralmente é fator importante para que uma localidade ou região ou país seja considerado possuidor de vocação turística. A vocação turística pode ser identificada quando a demanda por turismo apresenta ainda uma especificidade própria (BENI, 2010).

A vista da estação Ferroviária de Ingá (Figura 3), mostra, de forma resumida, alguns prédios que fazem parte do Patrimônio Histórico da cidade de Ingá, que complementam os

atrativos turísticos do Sítio Arqueológico Itacoatiara, localizado na área rural do município, distante apenas a 5 km da sede do município

**Figura 3.** Vista da estação Ferroviária de Ingá, PB



**Fonte:** Foto da autora, 2019.

Essa estação foi construída no início do século XX e tombada pelo IPHAN, no ano de 2001. O tombamento além de proteger o patrimônio ao mesmo tempo tende a despertar a sua importância. Uma vez que promove a coexistência entre a prática do turismo e a valorização do patrimônio e da história local. Como bem afirma Barreto (2006), “a conservação do patrimônio cultural é essencial, porque permite o reencontro com as raízes da comunidade”.

É visível que o município de Ingá guarda um rico passado histórico-cultural do século XX, tendo como marco da época a introdução da cultura do algodão na década de 1930. Prova disso é o prédio da usina de uma empresa norte-americana Anderson Clayton & Cia Ltda (Figuras 4 e 5), instalada no município no ano de 1936 para explorar o algodão em parceria com a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA).



**Figura 4.** Vista da usina do Grupo Anderson, Clayton & Cia Ltda, Ingá, PB.



**Fonte:** Elaboração e captura própria, 2019.

**Figura 5.** Vista lateral do prédio da usina do Grupo Anderson, Clayton & Cia Ltda, Ingá, PB



**Fonte:** Elaboração e captura própria, 2019.

A usina foi construída ao lado da linha férrea, para facilitar o escoamento da produção de algodão. Na época esse local era chamado de Vila Ingá, tendo sido elevada à categoria de cidade somente em 1938, passando a adotar apenas o nome de Ingá.

A Figura 6 mostra o estilo arquitetônico das residências, que em razão do enriquecimento trazido pelo algodão construíam casas na cidade no estilo Europeu: *Art Neveau e Art Décor*, como descreveu Ferreira (2017), a fim de diferenciar socialmente suas residências.

**Figura 6.** Vista da fachada de casarão construído no século XX na cidade de Ingá, PB.



**Fonte:** Elaboração e captura própria, 2019.

Outra construção ocorrida em razão da economia algodoeira foi o Clube União Ingaense (Figura 7) espaço esse usado para recreação da elite algodoeira, cujo acesso era restrito a sócios e seus convidados.

**Figura 7.** Vista aérea do Clube União Cultural Ingaense, Ingá, PB.



**Fonte:** Elaboração e captura própria, 2019.



A área central da cidade de Ingá possui relevante valor histórico, como bem define o Mtur (2005), o turismo cultural é considerado também como turismo de resgate visto que reaviva os elementos significativos do patrimônio histórico cultural, bem como os eventos culturais valorizando os bens materiais e imateriais.

Ao longo dos anos, o centro da cidade foi passando por mudanças e transformações, embora se perceba ainda a presença do antigo e do novo, o que faz do centro da cidade um potencial local de atratividade turística. Alguns autores, dentre esse Ferreira (2017), defendem a ideia de que a atividade de turismo contribui para a perpetuação da memória da população e a conservação do patrimônio cultural. O cenário encontrado no local, por exemplo, evidencia a necessidade de estratégias mais eficientes de um espaço que hoje não é prioridade para a política pública de gestão do turismo local. A oferta turística existente no centro de Ingá permite a formação de um produto turístico valoroso, principalmente no segmento do turismo cultural

Como descreveu Beni (2000), o turismo cultural comporta várias dimensões como étnica, artística, arqueológico, antropológico dentre outras, em virtude de sua principal característica ser permitir vivenciar os valores culturais de um determinado lugar que expressam algum tipo de herança humana.

É nesse cenário que se inserem, por exemplo, as praças públicas, igrejas e outras edificações que contam a história do povo e do lugar (Figura 8), onde se tem um conjunto de locais que reúne a igreja matriz, coreto e praça pública principal da cidade de Ingá.

**Figura 8.** Vista de prédios históricos construídos em conjunto (Igreja, coreto e praça pública) na cidade de Ingá, PB.



**Fonte:** Elaboração e captura própria, 2019.

O conjunto permite contar os desdobramentos históricos, político, econômico e social da cidade ocorrido no passado e que contribuíram para que o município tenha sido preservado. Tendo em vista que não se pode preservar todo o meio ambiente natural e cultural ao longo do tempo, preservam-se determinados bens que possam garantir a compreensão do passado, daí ser essencial uma política de preservação patrimonial.

Neste cenário a cultura é capaz de tornar-se um instrumento de melhoria econômica e social à medida que o desenvolvimento cultural mantém a integridade de identidade coletiva e cria novas possibilidades de emersão social, cultural e econômica.

Quanto a eventos permanentes, a região tem a tradicional Festa das Rosas no mês de maio, os festejos juninos no mês de junho e a festa da padroeira da cidade no mês de outubro. Trata-se de manifestações culturais urbanas que implica práticas sociais que vem sendo reproduzidas ao longo dos tempos.

Essa integração entre as possibilidades de oferta turística por meio dos atrativos naturais, integrados com os culturais viabilizam a criação de rotas integradas e calendários turísticos capaz de reter o turista na região, prolongando sua estada no local.

### ***2.7.2 O turismo de experiência e a comunidade Quilombola***

Considerando as mudanças socioculturais que vêm ocorrendo na sociedade nos últimos tempos e a partir da percepção de que o desejo do turista atual vai além da contemplação passiva dos atrativos turísticos, onde estes anseiam por experiências, emoções, sensações únicas, é que surge a oferta do turismo de experiência.

O turismo de experiência é o termo usado para descrever um novo produto turístico, inserindo o turista como protagonista de sua própria viagem. Essa modalidade de turismo assegura ao turista desejar ir além do que normalmente lhe é mostrado.

Dessa maneira é apresentada a singularidade do local tornando o destino diferente e esse diferente é exatamente o que irá agregar valor ao produto turístico que está sendo ofertado, onde a vivência única do turista é o principal fator que contribui para o desenvolvimento da atividade.

No turismo de experiência há uma mudança de foco. Não mais satisfeito com as ofertas do mercado turístico com atrativo as belezas naturais e artificiais, o turista deseja um produto que seja capaz de oferecer uma vivência do diferente, permitindo-lhe conhecer os bastidores do lugar, levando-o a se emocionar com a história, interagir e experimentar sensações inesquecíveis (SOARES, 2009).

Como assinala Netto (2010), o turismo de experiência tem a capacidade de marcar o turista profundamente. Podendo funcionar como forma de escape da rotina, rompendo com seu cotidiano e ao mesmo tempo a experiência da viagem amplia a sua mente, contribuindo assim para seu enriquecimento pessoal.

Para Coriolano (2006), o turismo é uma prática social, que reúne oportunidades de aquisição cultural, troca de experiências, realização de sonhos, busca de emoções e formas de aprendizagem.

Nesse cenário insere-se o Memorial do Cuscuz, criado por Dona Lia. Trata-se de um espaço encantador de sua casa, reunindo objetos que fazem parte da sua história de vida onde essa história é contada a partir de uma receita culinária herdada de seus antepassados inspirada na gastronomia local.

O memorial do Cuscuz é um local onde predomina o rústico. Nesse espaço o turista além de conhecer a técnica antiga de moer o milho na pedra para se fazer o cuscuz de cabeça amarrada, tradição nordestina já não mais utilizada, tem também a oportunidade de saborear a iguaria.

Soares (2009) menciona que o turismo de experiência se caracteriza numa atividade que além de trazer consigo experiências peculiares, ao mesmo tempo é capaz de promover emoções que vão das lembranças da infância até a recordação de um simples aroma de um café recém passado gerando sentimentos como alegria, satisfação.

O turismo de experiência tem como exemplos o caso das visitas à favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, Região da Uva e do Vinho em Bento Gonçalves, RS e o Caminho de Santiago de Compostela na Espanha dentre outras experiências em outras regiões e países.

Importante destacar que no caso do Memorial do Cuscuz, da D. Lia, a história não precisou ser inventada para se adaptar às demandas provenientes dos desejos do coração, bastou apenas ser aproveitada como atrativo turístico e divulgada.

Para concretização da oferta turística em questão, houve o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que transformou o lugar em um ponto de cultura, atraindo visitantes pela sua rusticidade, valorização e respeito pelos saberes local.

### 3. MATERIAIS E MÉTODOS

#### 3.1 Localização da área de estudo

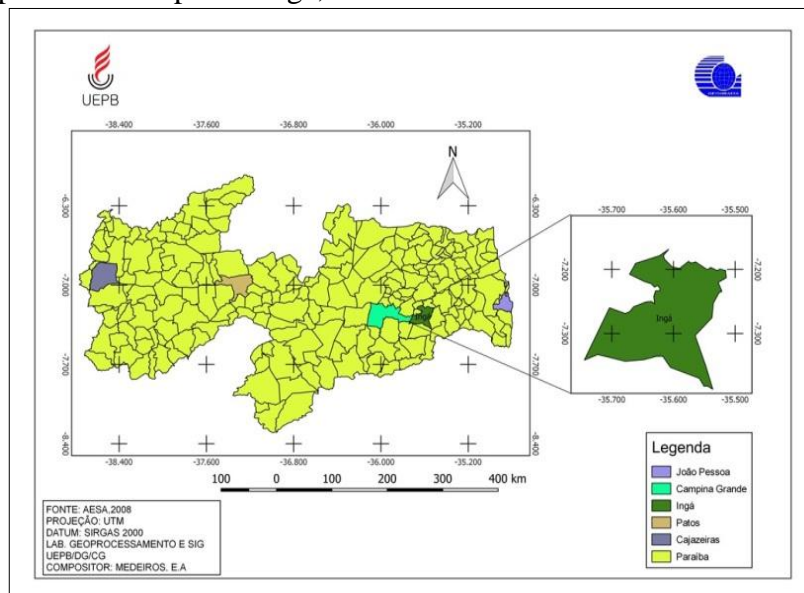
O trabalho foi realizado no sítio Arqueológico Itacoatiara (Figura 6), conhecido como “Pedra do Ingá ou “Pedra Lavrada”, localizado no município de Ingá (7°16' S, 35° 36' W), PB (Figura 7), distante cerca de cinco km da sede do município.

**Figura 6.** Vista do paredão principal da Pedra de Ingá, Sítio arqueológico Itacoatiara, Ingá, PB.



**Fonte:** Extraído da internet, 2019.

**Figura 7.** Mapa Geográfico do Estado da Paraíba, com destaque para o município de Ingá, PB.



### 3.2 Procedimentos metodológicos

A escolha do tema de pesquisa se deu devido à carência de estudos sobre a atividade de turismo do Sítio Arqueológico Itacoatiara na perspectiva do desenvolvimento no município de Ingá, PB.

Os procedimentos metodológicos adotados foram do tipo exploratório, utilizando-se os critérios propostos por Gil (2008), na qual o pesquisador entrevista o pesquisado faz uma entrevista aplicando-se um questionário seguindo um roteiro previamente construído de forma ordenada e previamente testada, a fim de obter os dados de interesse à pesquisa. Com esse método, as vantagens residem na maior flexibilidade das perguntas formuladas, com a possibilidade de esclarecer questões e assim obter outras que forem surgindo.

A primeira etapa da coleta de dados da pesquisa, consistiu de visitas *in loco*, mencionando o caráter e conteúdo da pesquisa. A etapa seguinte foi desenvolvida visitando-se o Sítio Arqueológico Itacoatiara com a finalidade de conhecer a sua rotina. Nessas ocasiões foram realizados os primeiros contatos com os atores envolvidos no turismo local.

Nessa etapa foram identificadas as pessoas que estão diariamente envolvidas no funcionamento do referido *Sítio Arqueológico Itacoatiara*, bem como na atividade do turismo local de forma geral. Na entrevista pessoal foi apresentando um roteiro semiestruturado para resposta do entrevistado.

A pesquisa compreendeu várias fases, desde a formulação do problema a ser pesquisado, pesquisa bibliográfica e registro documental, contatos prévios com os entrevistados, visitas *in loco*, registros fotográficos, elaboração e aplicação de questionários.

O Quadro 1 sintetiza as diferentes etapas e procedimentos metodológicos.

**Quadro 1.** Síntese das etapas da pesquisa e dos procedimentos metodológicos usados na pesquisa.

<b>Etapas da Pesquisa</b>	<b>Procedimentos metodológicos</b>
Seleção da estratégia de Pesquisa	Pesquisa exploratória Descritivo-analítica
Técnica de coleta de dados	Pesquisa documental Observação participante Entrevista semi estruturada com aplicação de questionário (com perguntas relacionadas ao tema)
Sujeitos da Pesquisa	Representantes do setor público e atores com atuação no turismo local
Análise dos Dados	Qualiquantitativa- através da elaboração e análise de gráficos

**Fonte: Elaborado pela autora (2018)**

O método de pesquisa adotado foi o da abordagem mista, conforme procedimentos metodológicos preconizados por Creswell (2010) e adaptado a este trabalho, onde é possível combinar os pontos fortes da pesquisa qualitativa e quantitativa, o que permite a ampliação do conhecimento no que se refere aos resultados do estudo.

A estruturação da coleta de dados primários ocorreu por meio de pesquisa documental e de campo. Na documental, os documentos oficiais ligados à atividade do turismo local foram encontrados na Rede Mundial de Computadores – Internet.

Os entrevistados foram selecionados de forma casual, constituindo-se de um universo contendo vinte pessoas com relação direta com os objetivos deste estudo, os tais aceitaram participar da pesquisa e lhes foi previamente informado acerca da importância da veracidade das suas respostas, bem como do sigilo e finalidade da pesquisa.

Os participantes desta pesquisa foram o Secretário Municipal de Turismo da cidade de Ingá, PB, e um representante do Poder Legislativo (vereador) e os demais atores sociais com atuação direta na atividade vinculada ao turismo local, como descrito a seguir:

- a) quatro proprietários de estabelecimento de prestação de serviço de alimentação;
- b) cinco artesãos;
- c) dois motoristas de transporte alternativo;
- d) dois proprietários de hotéis ou pousadas;
- e) dois guias de turismo local;

- f) o presidente da associação do turismo local;
- g) o representante do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Ingá;
- h) um ambulante vendedor de produtos aos turistas.

Os questionários aplicados se constituíram de perguntas de múltiplas escolhas e algumas perguntas com múltipla marcação, as perguntas contemplaram: faixa etária, escolaridade, renda mensal, avaliação da gestão pública do turismo local, as ações locais para o desenvolvimento do turismo, participação da gestão do turismo local, divulgação dos atrativos turísticos, infraestrutura turística do município, principais atrativos turísticos, fator limitador do desenvolvimento da atividade turística do município e calendário turístico. O questionário na íntegra consta no Apêndice A.

Quanto à dinâmica da pesquisa, utilizou-se a abordagem quali quantitativa. No enfoque qualitativo se utilizou os dados obtidos nas visitas *in loco* (com fotos e outras técnicas de pesquisa). O enfoque quantitativo foi baseado nas respostas das entrevistas, com base nas treze respostas dos questionários respondidos.

De posse de todos os dados coletados, foram observadas as principais características das atividades relacionadas ao turismo no Sítio Arqueológico Itacoatiara bem como no município como um todo, e ainda as contribuições do setor público no fomento à atividade no local e a percepção dos atores sociais envolvidos na atividade do turismo local.

Os critérios técnicos de análises científicas adotados para os dados das pesquisas (documental e os coletados) ocorreram mediante o uso da estatística descritiva. Para isso, utilizaram-se as ferramentas específicas e necessárias para determinações de médias, frequência relativa, percentagem e de outras técnicas descritiva necessárias para sumarizar um conjunto de dados.

Os cálculos e as confecções de quadros, tabelas e gráficos foram feitos utilizando-se a planilha eletrônica Excel.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1. Principais características físicas e históricas do município e do Sítio Arqueológico Itacoatiara.

Antes mesmo de apresentar e discutir os resultados deste estudo serão relatadas algumas das características particulares do município de Ingá e do Sítio Arqueológico Itacoatiara. Destacar-se-á a sua vocação turística uma vez que o local dispensa a invenção de tradições, dispondo de excepcional patrimônio arqueológico dentre outros atrativos turísticos peculiares que como já foi mencionado, faz do local um potencial destino turístico.

Neste contexto, o referido município tem oferta turística original, ou seja, tem um atrativo em si, porém, ainda não agregou os elementos que integram o espaço turístico no sentido mais amplo tais como: transportes, capacidade de hospedagem, lazer e recreação, receptivos, restaurantes, área de *camping*, estacionamento apropriado, dentre outros que viabilizam a permanência do turista no local.

Embora o município de Ingá, PB, seja detentor natural de um segmento de turismo, não há planejamento e muito menos um histórico dessa atividade por parte de órgãos do poder público, ou seja, as poucas atividades turísticas existentes ocorrem de forma aleatória. Isso explica, pelo menos, em parte, o fato de não existir condições satisfatórias de receptividade no local.

A mobilidade do fluxo turístico do município de Ingá geralmente ocorre com destino à Pedra de Ingá, ou seja, ao Sítio Arqueológico Itacoatiara, especialmente, nos finais de semana e nos feriados. Na maioria das vezes, mesmo passando pelo centro da cidade os turistas não conhecem outros atrativos locais, uma vez que seu destino principal é a visita ao referido Sítio.

Os bens culturais e naturais como atrativos ou como recursos turísticos são práticas comuns em locais que possuem esses patrimônios. Sabe-se que a escolha de bens culturais para a construção da atratividade turística, de uma região, de uma cidade e/ou município é um processo que envolve diferentes atores e setores da atividade de turismo, que depende de políticas públicas.

No caso do município de Ingá, percebe-se que existe um descompasso quanto à sua capacidade turística e a que é efetivamente ofertado ao turista. Uma vez que toda a divulgação é centrada apenas num atrativo, nesse caso, o Sítio Arqueológico Itacoatiara.



Concorda-se com a concepção de Boullón (2002), as matérias primas do turismo são os atrativos turísticos, embora quando se trata de atrativos naturais, o município de Ingá tem como vitrine, o Sítio Arqueológico Itacoatiara.

Esquece-se ou não se valoriza o rico patrimônio histórico-cultural da cidade de Ingá. O fato é que no início do século XX, tendo como marco da época a introdução da cultura do algodão, em larga escala, visando atender o mercado externo, foi dada pouca importância aos aspectos culturais do local. Décadas mais tarde é que se começa a dar visibilidade ao seu patrimônio arqueológico, como mostra a escultura na entrada da cidade (Figura 8).

**Figura 8.** Vista da escultura na entrada da cidade de Ingá, PB.



**Fonte:** Extraído da internet, 2019

A Figura 9 e 10 mostram, respectivamente, uma placa com a indicação da entrada e a portaria de acesso, aonde se visualiza uma pequena área para estacionamento, ambos com as descrições da Pedra do Ingá. Já, na Figura 11, apresenta-se uma vista da parte interna,

**Figura 9.** Vista de uma placa com o indicativo da Pedra do Ingá, PB.



Fonte: Direta, 2019.

**Figura 10.** Vista da portaria do Sítio Arqueológico Itacoatiara, Ingá, PB.



Fonte: Elaboração e captura própria, 2019.

**Figura 11.** Vista da arte interna do Sítio Arqueológico Itacoatiara, Ingá, PB



Fonte: Elaboração e captura própria, 2019.

O Sítio arqueológico Itacoatiara, a princípio encontrava-se numa propriedade privada e já chamava muita a atenção dos moradores por se tratar de algo diferente, excepcional. Graças a sua excepcionalidade foi alvo de “estórias” e mitos.

Como cita Neri (1979), Itacoatiara, em Tupi, significa pedra riscada ou pedra desenhada é um atributo advindo desde o século XIX, publicada no livro “o País das Amazonas, em 1884”, que aborda a história, a natureza, os costumes indígenas e dos habitantes da região; nela, cita a presença de traçados hieróglifos atribuídos aos primitivos habitantes do local.

O principal monumento dessa tradição de gravuras é a Pedra Lavrada do Ingá, localizada no município de Ingá, PB, onde foi identificado a subtradição Ingá, de dezenove sítios arqueológicos no referido recorte geográfico (SANTOS, 2014).

A tradição Itacoatiara na visão de Galdino (1988) pode ser dividida em seis classes distintas para a tradição Itacoatiara: a) Naturalismo antigo; b) Naturalismo recente; c) Esquemático antigo; d) Esquemático recente; e) Pictográfico; e f) Ideográfico.

A comunidade sabia tratar-se de algo excepcional embora desconhecesse os seus significados e o seu valor histórico-cultural. O sítio Itacoatiara do Ingá foi o primeiro monumento arqueológico tombado como patrimônio arqueológico nacional, no ano de 1941, passando a ser de domínio da União.



Esses relatos estão de acordo com os de Gonçalves (2002) sobre as descrições feitas e ao Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), por ter elegido o sítio Itacoatiara do Ingá, na sua fase inicial, como um bem patrimonial, haja vista as características estilísticas, históricas e/ou de excepcionalidade.

O acesso a Pedra de Ingá é feito através de uma pequena rampa inclinada (Figura 12), embora fora das normas.

**Figura 12.** Vista da rampa de acesso ao sítio Itacoatiara, Ingá, PB.



**Fonte:** Elaboração e captura própria, 2019.

A acessibilidade na percepção científica do Ministério do Turismo (2013) significa incluir a pessoa com deficiência na participação de atividades como o uso de produtos, serviços e informações. Embora o artigo 4º do Estatuto da Mobilidade Urbana, conceitua acessibilidade como a facilidade, em distância, tempo e custo, de se alcançar fisicamente, a partir de um ponto específico no espaço urbano e os destinos desejados.

O afloramento rochoso, com as gravuras, a princípio encontrava-se numa propriedade privada, denominada Fazenda Pedra Lavrada, no recorte territorial de Ingá, PB, que apresenta ao longo de seu leito um extenso e irregular conjunto de rochedos lapidados pela correnteza das águas, conferindo beleza singular ao local (Figura 13).

**Figura 13.** Vista da Pedra de Ingá, Ingá, PB, com detalhe do escoamento fluvial.



**Fonte:** Elaboração e captura própria, 2019.

O Rio Bacamarte margeia o referido afloramento rochoso (Figura 13), que outrora servia, obviamente, de fonte de lazer para a população e turistas, através de banhos, pescarias e piqueniques. Ao longo do tempo, esse manancial foi ficando, cada vez mais, poluído devido à conduta inapropriada de alguns frequentadores.

A maioria das inscrições (Figura 13) forma um fabuloso painel com dezenas de gravuras rupestres, provavelmente produzidas pelo uso de instrumentos de pedra que guardariam dados sobre o cotidiano e de acontecimentos marcantes do homem pré-histórico que ali viveu. As centenas de gravuras, com inscrições rupestres em baixos relevos, em três painéis principais e outros, algumas riscadas e outras gravadas de forma profunda e polidas.

As inscrições na Pedra de Ingá são descritas na superfície ígnea da parede da rocha, com bloco rochoso principal formado por rocha granítica, com 24 metros de comprimento e 4 metros de altura o que concorda com Santos (2014).

Normalmente são as gravuras encontradas no Painel Principal que têm recebido mais destaque e atenção por parte de estudiosos, embora haja outras gravuras que são marginalizadas por não se encontrarem no painel principal. Essas “inscrições marginais” estão incisas em pequenos painéis no piso do lajedo, em pedras soltas no leito do riacho.

O próprio afloramento magmático é um obstáculo ao fluxo da água no riacho. Verifica-se (Figura 13), um fluxo de água por coincidir com o período chuvoso, que a depender do volume de escoamento chega a transbordá-lo e na época seca, o pequeno filete de

água é esgoto despejado “in natura”. Para evitar a degradação desse patrimônio foi necessário colocar um cordão de isolamento (Figura 14).

**Figura 14.** Vista do Sítio Itacoatiara, Ingá, PB, com cordão de isolamento



Fonte: Direta (2014).

A condição do afloramento rochoso da Pedra do Ingá situa-se às margens de um rio e as Itacoatiaras terem tipologia de gravuras assemelha-se às de oeste encontradas por Guidon (2007), no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, caracterizadas por grafismos puros e formas de biomorfos, de difícil identificação e reconhecimento.

Embora chamasse muita atenção dos moradores por se tratar de algo diferente, excepcional, graças a essa excepcionalidade, esse afloramento foi alvo de “estórias” e mitos, em que a comunidade acreditava ser algo especial, mesmo sem conhecer os seus significado e valor histórico e cultural.

Ressalta-se, entretanto, que mesmo no cotidiano dos moradores, como também no imaginário dos turistas, que visitam o sítio Itacoatiara, há sempre variadas interpretações, interesses e curiosidades. A complexidade faz “alimentar” o mistério ali existente e “criar” diferentes teorias e mitos que rondam a pedra e a origem das gravuras.

No tocante à autoria das inscrições, há várias versões. As de Ludwig Schwennhagen defendem a teoria de que os fenícios sejam os autores, como consta no livro Fenício no Brasil: antiga história do Brasil de 1.100 A.C a 1.500 D.C. No entanto, há outra versão defendida por Brito (2007) que seja os extraterrestres ou um calendário lunar, visto que os pontos sinalizam a constelação de Órion.

Além de mitos populares que atribuem a tesouros escondidos no interior da pedra que nunca foram encontrados, mas para a arqueologia são vestígios da ocupação humana.

A diversidade dos sítios arqueológicos e, sobretudo, a riqueza das pinturas e gravuras, no caso dos sítios de arte rupestre, como uma fonte a mais de informações sobre a vida das primeiras ocupações humanas na América, ou seja, vestígios de práticas cotidianas milenares. A arte rupestre é a denominação dada as representações artísticas pré-históricas, tanto na forma de pintura quanto gravura, cujos primeiros registros no Brasil datam do século XVI, o que concorda-se com Carvalho (2012), que elas sejam vestígios deixados pelos homens pré-histórico.

Não se tem sua tradução, mas sabe-se que se trata de um campo simbólico porque são desenhos que representam ideias e valores daquelas sociedades. Na concepção de Aguiar (2012), esses desenhos fazem parte de rituais, como os de iniciação ou culto, ou pode ser compreendida como o registro físico da esfera simbólica e ritualística, uma vez que a arte rupestre é uma clara manifestação popular dos que ocuparam uma determinada região há milênios.

Os sítios de registros rupestres são identificados pelas marcas deixadas por grupos humanos sobre pedras, paredões rochosos, grutas, abrigos, etc, que têm elevado potencial turístico. Assim sendo, suscita variadas interpretações e emoções dadas a sua excepcionalidade e valor histórico-cultural, como é o caso do Sítio Itacoatiara com atrativo turístico local e regional.

Valorizar o patrimônio das sinalizações rupestres concorda-se com os resultados de Cezar (2013), serve para mostrar que ali não era um lugar comum, mas um lugar com informações preciosas de grupos que viveram e se desenvolveram ali. Alguns desses registros são apresentados no museu rudimentar de história natural (Figura 15), aqui apresentado como o antigo museu rudimentar de história natural, com réplicas e fósseis de animais pré-históricos.



**Figura 15.** Vista do antigo museu de história natural. Sítio Itacoatiara, Ingá, PB



**Fonte:** Direta (2014).

No interior da área do Sítio arqueológico Itacoatiara foi construído um prédio na década de 1980 pelo Governo da Paraíba em parceria com a PBtur. Esse prédio abriga atualmente um café para atender aos turistas, uma pequena loja onde se comercializa parte do artesanato local e o Museu Natural (Figura 16), com uma coleção de fósseis encontrados de forma “acidental” por moradores do município. Além de uma Tela com figuras de animais pré-históricos (Figura 17),

**Figura 16.** Vista do Museu Natural do Sítio Sítio Itacoatiara, Ingá, PB.



**Fonte:** Elaboração e captura própria, 2019.



**Figura 17.** Tela com animais pré-históricos. Museu Natural do Sítio Sítio Itacoatiara, Ingá, PB



**Fonte:** Elaboração e captura própria, 2019

A existência desse patrimônio, ainda que represente um estágio da história da humanidade, foi colocado a um nível menos prioritário na agenda de desenvolvimento no município. Somente no ano de 1978 o então prefeito do município, José Claudino da Silva, cria o brasão, a bandeira e o hino da cidade fazendo referência à Itacoatiara (RIBEIRO, 2018).

Dentre as inscrições rupestres brasileiras conhecidas, as do Sítio Arqueológico Itacoatiara, ou “Pedra lavrada” são as inscrições mais interessantes e de maior tamanho, o que lhe confere as mais variadas interpretações ao longo dos tempos. A começar pela pluralidade de nomes dados a esse patrimônio.

A pluralidade de nomes Itacoatias, Pedra do Ingá, Pedra Lavrada ou Sítio Arqueológico Itacoatiara são nomes usados naturalmente, a depender do público que os citam. Em virtude disto, tem-se que concordar com Almeida (2009) “essa pluralidade não dificulta encontrar o local, utilizando-se qualquer um desses nomes”.

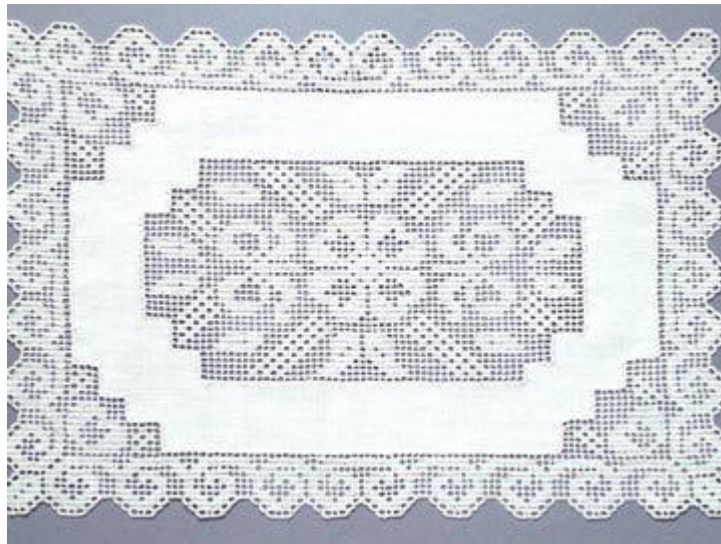
Importante mencionar que no âmbito da preservação do sítio, vale citar a criação do Ato nº 4.652 do Governo do Estado da Paraíba, publicado no Diário Oficial de 10 de dezembro de 2014 (Anexo 2), cujo objetivo é a criação de um Grupo de Trabalho para elaborar um projeto de implantação do Parque Estadual Arqueológico Itacoatiara de Ingá.

Além desse Ato, há, também, uma solicitação do Governo Brasileiro para inclusão do Sítio Arqueológico Itacoatiara na lista de patrimônios da Humanidade, esse pedido foi feito através do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), desde 2015.

Dentre os atrativos turísticos do local vale citar ainda o artesanato local. O artesanato de modo geral é reconhecido mundialmente como expressão cultural de seu povo, e no caso do município de Ingá, o artesanato também está diretamente associado à cultura do local, se manifestando em lembranças e registros que passam a “identidade” do lugar visitado.

A Figura 18 exemplifica um tipo de artesanato confeccionado no município de Ingá que é a renda de labirinto.

**Figura 18.** Exemplar de renda de labirinto



**Fonte:** Página do Paraíba Criativa (2019)<sup>1</sup>

O artesanato é uma atividade que pode ser analisada nas suas dimensões histórica, econômica, social, cultural e ambiental, possuindo assim, elevado potencial de ocupação e geração de renda no país, aliado a riqueza cultural e a forte vinculação com o setor de turismo. A atividade vai ao encontro das propostas conceituais do desenvolvimento local, mostrando-se como uma alternativa sustentável e até mesmo estratégica no crescimento econômico de certas localidades.

O estímulo ao artesanato e ao turismo configura-se, portanto, como alternativa recorrente em projetos relacionados ao Desenvolvimento Local, na medida em que possibilitam não apenas a inserção como a reinserção de áreas estagnadas “como também

---

<sup>1</sup> **Disponível em:** <https://www.paraibacriativa.com.br/artista/bordado-labirinto-ou-renda-labirinto/> Acesso em 20 de janeiro de 2019

podem viabilizar o resgate da cidadania e da auto-estima dos chamados excluídos” (OLIVEIRA, 2007).

O artesanato possui ainda, um forte impacto na construção de uma identidade local, e que como vem expressar a arte e suas diversas formas, contribui para caracterizar uma identidade cultural local. Ao analisar cultura e identidade, Cuche (1999), afirma que as grandes interrogações sobre a identidade remetem frequentemente à questão da cultura. O mesmo autor defende que todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-lo no conjunto social.

A produção artesanal acompanha o homem em sua história, sendo mais bem estruturada como segmento de trabalho na Idade Média, quando a produção concentrava-se nas mãos dos artesãos que posteriormente se uniram para suprir necessidades latentes do mercado de trabalho e consumo, configurando numa forma de trabalho cooperado.

Pereira (1979) fez a distinção entre o artesanato e a arte popular, ao relatar que não visa atender, originariamente, a nenhuma finalidade econômica ou a uma satisfação de uma necessidade social, mas satisfaz aos impulsos de uma manifestação estética. O artesanato e arte-popular identificam-se pela fonte de produção, ou seja, o povo e sua tradição e distingue-se nos seus fins.

De acordo com D’avila (1984), o artesanato está relacionado diretamente à questão do emprego, como solução de curto prazo para os países em desenvolvimento. sem falar que o estímulo à produção artesanal requer baixos investimentos, dando chances a uma imensa parcela da população à participação econômica efetiva. A importância do processo de produção artesanal reside no resgate de valores humanos, na habilidade pessoal, na subjetividade, na criatividade e na autonomia.

Nessa mesma perspectiva é o que afirma Canclini (1983) “o turista tem necessidade de adquirir uma “prova” da sua viagem a lugares exóticos diferente do seu ambiente cultural, o que promove o desenvolvimento da cultura popular, justificando-se a inserção do artesanato na atividade de turismo, ampliando assim uma rede de produtos e serviços.

A arte do labirinto no município de Ingá se desenvolveu em uma comunidade denominada de Chã dos Pereiras, nas margens da BR 230. Essa a atividade tem origem na Espanha e teria chegado ao local através de esposas de estrangeiros que por ali passaram. Essa arte vem passando de geração para geração e, atualmente, conta com mais de 30 artesãos.

A arte do labirinto tem contribuído para a valorização identitária da comunidade local além de ter se tornado a segunda fonte de renda local. Trata-se de uma atividade existente a cerca de 5 décadas que vem passando de geração a geração e tem figurado como importante

estratégia de emprego e renda no local. O produto vem se tornando um nicho de mercado no segmento da moda.

Há mais de duas décadas foi criada a associação das artesãs rurais do Distrito de Chã dos Pereiras. Espaço utilizado pelas artesãs como ambiente de confecção da renda de labirinto e também de fortalecimento e manutenção do apoio mútuo e ampliação dos saberes, da cooperação produtiva fortalecendo a democracia e a solidariedade.

Importante ressaltar que todas as artesãs são do sexo feminino. Os dados parecem confirmar os resultados quanto ao quadro geral da população brasileira, visto que de acordo com dados divulgados pelo Programa de Artesanato Brasileiro, em 2009, entre os 8,5 milhões de brasileiros dedicados ao artesanato, 87% são de mulheres (Programa de Artesanato Brasileiro, 2010).

O perfil do artesão de Ingá, PB, está em acordo com os estudos do Banco do Nordeste (2002), que constata que o perfil do artesão nordestino é majoritariamente do sexo feminino. Rendas e bordados, tecelagem e tecidos são confeccionados em sua maioria, por mulheres, enquanto trabalhos em couro e metal, madeira e cerâmica por homens (ARAÚJO, 2017).

Além de labirinto, há ainda outras modalidades de artesanato desenvolvido no referido município, como o *patchwork*, dentre outras modalidades. A maior parte dessa produção, sobretudo, é a renda de labirinto. Vale destacar que a atividade está inserida no Programa Artesanato da Paraíba do Governo do Estado.

O artesanato está na categoria dos saberes locais, sendo essa arte compreendida como uma expressão genuína de uma cultura que é a marca de uma cultura local. Por se tratar de uma atividade predominantemente manual que exige criatividade e habilidade pessoal, o resultado do fazer do artesão é o testemunho vivo de uma determinada cultura.

Nas páginas seguintes, apresentar-se-ão os resultados oriundos da pesquisa exploratória, na forma de gráficos, com indicadores quantitativos da estatística descritiva, a fim de estudar a dinâmica da atividade do turismo no Sítio Itacoatiara e a perspectiva do desenvolvimento no município de Ingá, PB.

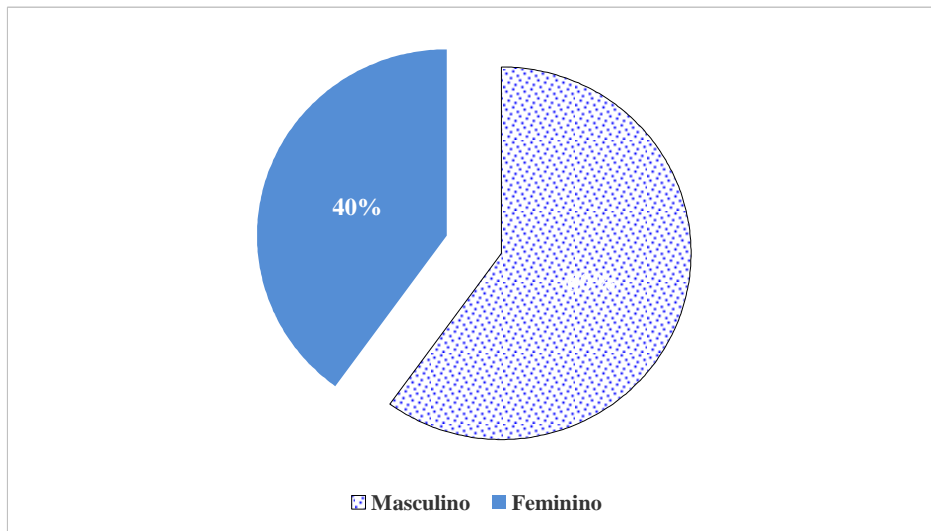
#### **4.2. A atividade de turismo no município de Ingá, PB.**

A atividade de turismo no município de Ingá está mais consolidada nas visitas ao Sítio Arqueológico Itacoatiara, embora se possa observar a existência de outras potencialidades turísticas no local. O município conta com artesanato diversificado, festas populares, história centenária e tradições dentre outros atrativos turísticos peculiares.

A partir das variáveis selecionadas foi obtido um conjunto de indicadores socioculturais dos atores envolvidos na atividade, bem como sua percepção acerca da gestão pública da atividade no local. Estes dados estão representados nos gráficos a seguir:

A Figura 19 apresenta, de forma resumida, a frequência relativa do sexo dos entrevistados.

**Figura 19.** Frequência relativa do sexo dos entrevistados

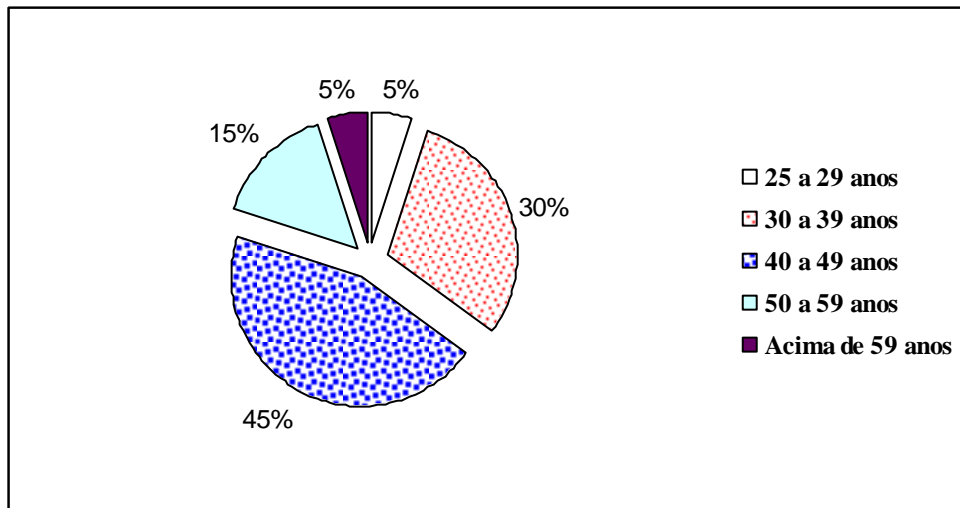


**Fonte:** Elaboração própria baseada nos dados dos entrevistados, 2019.

Como se pode observar, dentre os entrevistados 60% são homens e 40% são mulheres. Esse resultado mostra o predomínio de homens na atividade de turismo vindo a confirmar estudo realizado pelo Ministério do Turismo/IPEA (2015).

O resultado revela ainda que 40% dos entrevistados são do sexo feminino, confirmando a presença da mulher em todos os segmentos do mundo do trabalho. Como afirma os estudos de Antunes (1999), as mulheres além de chefes de família em muitos casos ocupam também vagas no mercado de trabalho, tendo no mínimo dupla jornada de trabalho.

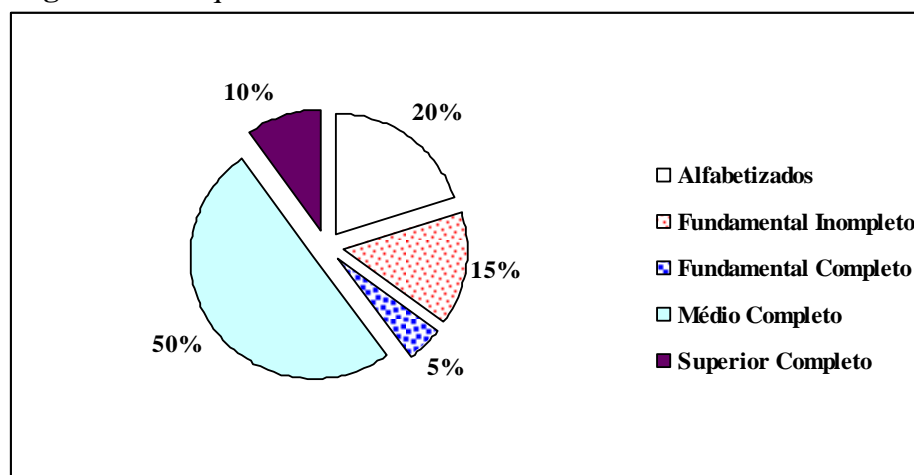
No que tange à faixa etária do universo de entrevistados, a sua representação será ilustrada pela Figura 20.

**Figura 20.** Frequência relativa da faixa etária dos entrevistados

**Fonte:** Elaboração própria baseada nos dados dos entrevistados, 2019.

Como se observa na Figura 20, a maioria dos entrevistados (90,0%) têm mais de 30 anos de idade, sendo que 30,0 % têm entre 30 e 39; 45,0 % de 40 a 49 e 15,0 % de 50 a 59 anos de idade. Nota-se que os dois extremos das faixas etárias, menos de 29 anos ou com mais de 59 anos foram os que apresentaram menor percentual (5,0 %). Isso demonstra que os mais jovens não aparecem como força predominante no turismo local.

Quanto à análise do nível de escolaridade dos entrevistados, a Figura 21 apresenta as frequências de pessoas alfabetizadas bem como dos demais níveis de escolaridade destas.

**Figura 21.** Frequência relativa do nível de escolaridade

**Fonte:** Elaboração própria baseada nos dados dos entrevistados, 2019.

Facilmente se percebe na Figura 21 que o nível de escolaridade dentre os entrevistados é bastante variado, embora 20,0 % sejam alfabetizados, metade (50,0 %) tem o nível médio e 10,0 %, nível superior. Como se pode observar apenas 5% dos entrevistados possui ensino

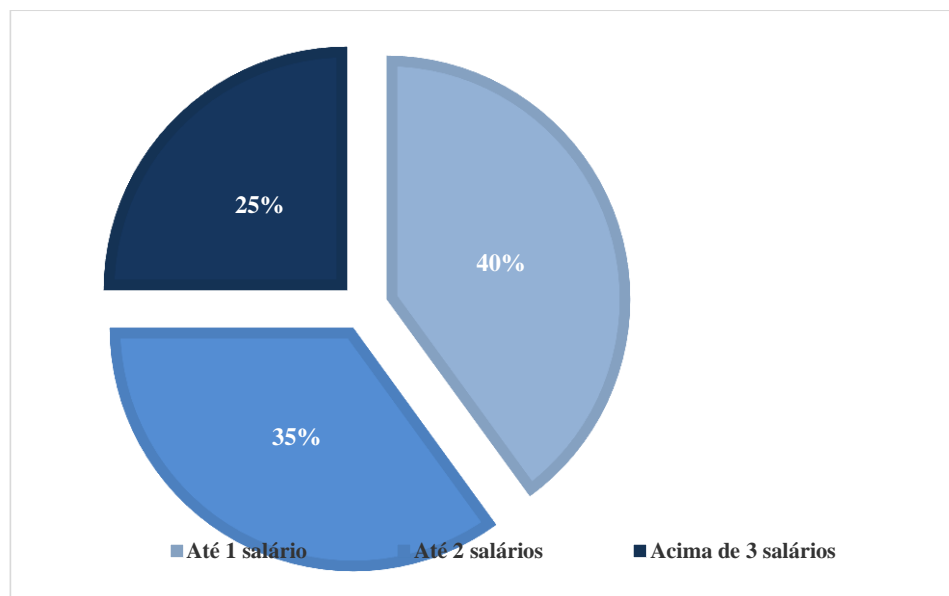
fundamental completo. Cabe salientar que não foram identificadas pessoas sem instrução formal, implicando um aspecto positivo, visto que tal realidade reflete positivamente na prestação do serviço.

Destaca-se também que dos 10,0 % entrevistados com curso superior, esta formação não é na área de turismo. Quanto aos guias de turismo local, sua formação advém de cursos profissionalizantes. Estes cursos na opinião de Valle (2004) embora tenham sua importância não têm ainda no seu currículo conteúdos referentes à preservação cultural e ambiental, também não contemplando nos conteúdos específicos elementos acerca das realidades locais.

No caso do município pesquisado o conhecimento dos guias do Sítio Arqueológico Itacoatiara foram adquiridos graças à sua própria iniciativa, inclusive vale destacar que um dos guias faz parte da Sociedade Paraibana de Arqueologia.

Com relação à renda familiar dos entrevistados, a Figura 22 mostra as frequências relativas apresentando as três faixas de salários.

**Figura 22.** Frequência relativa da faixa de renda familiar



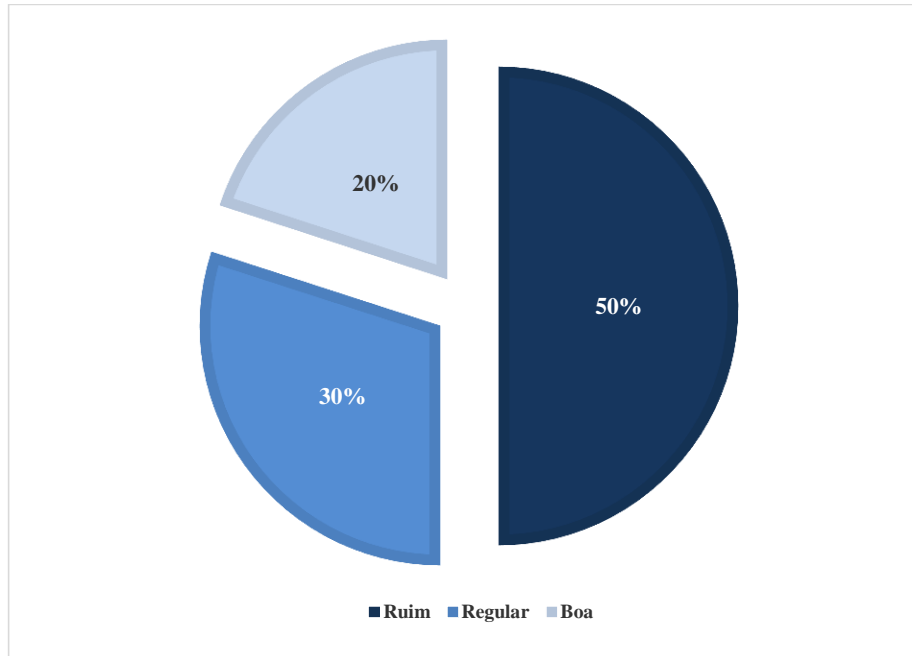
**Fonte:** Elaboração própria baseada nos dados dos entrevistados, 2019.

Quanto à renda familiar, foi tomado por base o salário mínimo vigente em 2018. Nessa questão se percebeu que a maioria dos entrevistados ganha até dois salários mínimos, correspondendo a 40%. Porém, vale ressaltar que os mesmos informaram que a renda não se origina basicamente da atividade do turismo, embora seja complementada por esta.

Esses resultados estão de acordo com os estudos de Krippendorf (2009) que concebe como positivo não “endeusar” a atividade de turismo, podendo-se promover ao mesmo tempo a diversificação econômica de modo a combiná-las à atividade do turismo.

Quando questionados acerca da gestão do turismo no município de Ingá temos as respostas apresentadas na Figura 23.

**Figura 23.** Frequência relativa da avaliação da gestão do turismo local



**Fonte:** Elaboração própria baseada nos dados dos entrevistados, 2019.

O resultado mostrou que metade dos entrevistados considera a gestão de turismo local ruim, 30,0 % respondeu que é regular e 20,0 % ruim. Estes percentuais revelam a necessidade de melhoria da gestão do turismo no município.

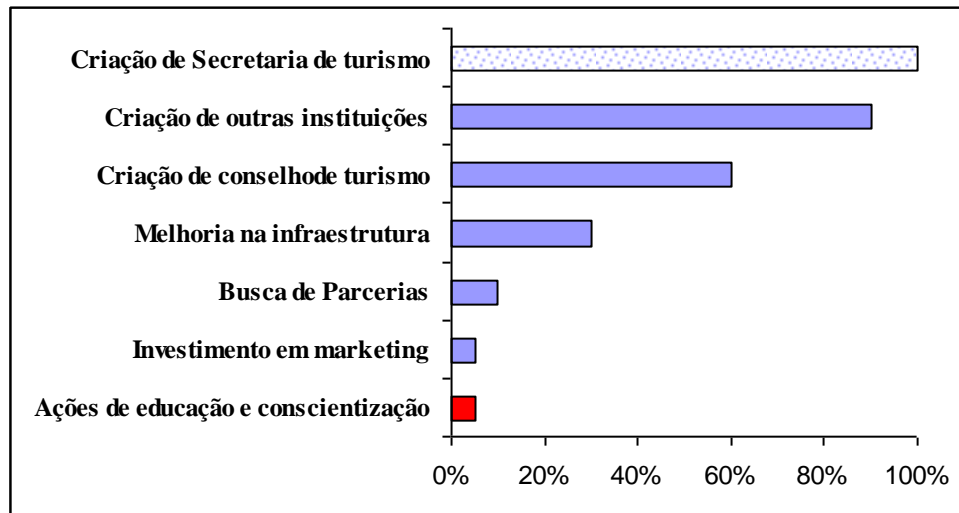
Trata-se de resultados que mostram a priori, que a atividade não se configura ainda enquanto algo prioritário pela gestão, dando a impressão de que o poder público não considera sequer o potencial econômico da atividade.

Importante notar ainda que tais resultados se distanciam expressivamente dos estudos de Krippendorf (2009), que afirma categoricamente que são as vantagens econômicas vinculadas ao turismo que contribuem em primeiro lugar para que a atividade seja sempre aprovada e bem vinda pelo poder público.

No contexto da infraestrutura turística local, foram feitas perguntas referentes a ações realizadas no município que dinamizaram a atividade no local. As respostas estão representadas na Figura 24.



**Figura 24.** Frequência relativa das ações que dinamizaram a atividade no local



**Fonte:** Elaboração própria baseada nos dados dos entrevistados, 2019.

Como se pode observar, todos os entrevistados (100%) responderam que a criação da Secretaria Municipal de Turismo representou importante ação para o desenvolvimento do turismo local. Contudo, afirmaram que apesar de sua existência, essa Secretaria tem pouca visibilidade na cidade, em razão da sua limitada atuação, ainda se destacou o caráter centralizado da gestão da atividade por este órgão.

Nessa questão, os resultados apresentados concordam claramente com os fundamentos descritos por Motta (2012), que afirma que a democratização embora possa trazer promessas de mais e melhores serviços, nem sempre muda sua forma de atuação e, muitas vezes, os cidadãos continuam distantes da gestão pública. Dado importante acerca desse órgão é o fato de o mesmo não funcionar em um espaço físico próprio, embora conte com um quadro de pessoal.

Ainda nesse contexto, 90,0 % dos entrevistados responderam que foi criada uma associação no município com vistas a discutir a questão do turismo e consideraram essa iniciativa como sendo também um importante passo para dinamizar a atividade. Trata-se da Associação das Itacoatiaras de Ingá (AITAI) cujo funcionamento se dá na sede da Pastoral da Criança. Esta associação é fruto da iniciativa dos atores sociais envolvidos na atividade do turismo local.

Esta realidade dialoga com as concepções de Gohn (2001), que assinala que a participação se dá em vista do fortalecimento da sociedade civil no sentido de evitar ingerências do Estado. Trata-se de uma participação baseada no princípio da democracia, fundada na crença de que todos os membros da sociedade são iguais, e a participação seria o meio, o instrumento para a busca de satisfação dessas necessidades.

Outro indicador importante, repetido por 60% dos entrevistados foi a criação do Conselho de Turismo (ANEXO 1) como ação voltada para o desenvolvimento da atividade no local. Tal espaço se configura instrumento de promoção de participação estando inclusive, inscrito na Constituição de 1988 como instrumentos de expressão, representação e participação da população. Essa realidade traduz o que afirma os estudos de Gohn (2008), que concebe os conselhos como sendo espaços de maior interação entre governo e sociedade, tendo o papel de instrumento mediador na relação sociedade/Estado.

Observa-se ainda (Figura 24) que 30,0 % responderam ter havido melhorias na infraestrutura do município. Estas melhorias apontadas referem-se basicamente a uma reforma no prédio que fica localizado no interior do Sítio Arqueológico Itacoatiara e a criação do Museu Natural.

Já, 10,0 % se referiram como sendo positivas as parcerias buscadas pela Secretaria Municipal de Turismo junto ao SEBRAE e demais órgãos do Estado como a inserção do município de Ingá no Fórum de Turismo do Vale do Paraíba que tem como objetivo estimular a sensibilização dos gestores públicos municipais para a participação em uma política que visa à cooperação regional e à descentralização da atividade.

O Fórum de Turismo do Vale do Paraíba é composto pelos municípios de: Mogeiro, Ingá, Salgado de São Félix, Itabaiana, Umbuzeiro, Fagundes, Juarez Távora, Pedras de Fogo, Juripiranga, Itatuba, Pilar e Gurinhém que integram o Vale da Paraíba e apresenta potencial turístico. Cujo maior objetivo é discutir projetos de desenvolvimento e questões ligadas ao turismo na região.

Com a recente atualização do mapa de turismo brasileiro (2018), cidades de Ingá, Itabaiana, Pilar e Gurinhém forma inclusas no mapa como potenciais destinos turísticos. No caso do município de Ingá, o Sítio Arqueológico Itacoatiara é o grande potencial turístico do município, além do seu artesanato (renda, labirinto e bordado) bem como suas tradições culturais como é o caso da comunidade quilombola de Pedra d'água.

Com o sucesso do projeto *Caminhos do Frio*, que já faz parte do calendário turístico cultural do estado da Paraíba, o SEBRAE, com o apoio do Governo do Estado, através da PBTur e das prefeituras dos municípios de Pilar, Itabaiana, Gurinhém, Ingá e Mogeiro, lançou no ano de 2018 o roteiro turístico *Caminhos Vale do Paraíba*. Onde foi ofertado aos próprios paraibanos e aos turistas a cultura de cada uma dessas cidades, bem como o turismo de aventura existente nos municípios que fazem parte do Vale do Paraíba.

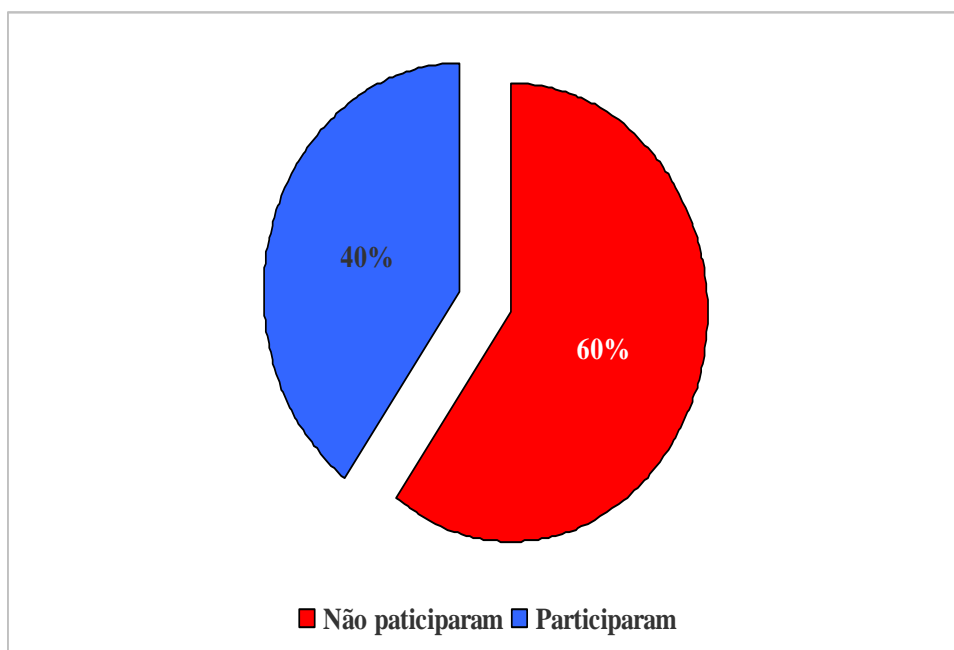
Importante observar que no caso do município de Ingá, apesar de ter sido feito o roteiro turístico do local e de o mesmo ter sido incluído no roteiro pelo SEBRAE, não houve efetivação na prática desse projeto de desenvolvimento local. Quanto a não efetivação do projeto, têm-se apenas especulações acerca da falta de êxito do mesmo.

Quanto aos itens investimento em marketing e ações de educação e conscientização, 5,0 % dos entrevistados em ambos os casos, relataram que a Secretaria Municipal do Turismo criou um folder para divulgação, contudo, as informações contidas neste se restringiram ao Sítio Arqueológico Itacoatiara, não considerando assim, os demais potenciais atrativos do local.

Acerca das ações na educação e conscientização com vistas ao desenvolvimento da atividade no local, sobre esta questão foi mencionada uma iniciativa, porém, não continuada, junto às escolas da rede municipal e estadual, onde os alunos eram convidados a visitarem o Sítio Arqueológico Itacoatiara, lhes sendo isentada a cobrança do valor cobrado para ingressar no Museu Natural que fica no Sítio como forma de incentivá-los a conhecer de perto parte da sua história.

Em virtude do elenco de respostas apresentadas, perguntou-se qual é participação efetiva da sociedade na gestão atual quanto ao turismo local? Cujas frequências relativas das respostas são apresentadas na Figura 25.

**Figura 25.** Frequência relativa da participação direta na gestão do turismo local



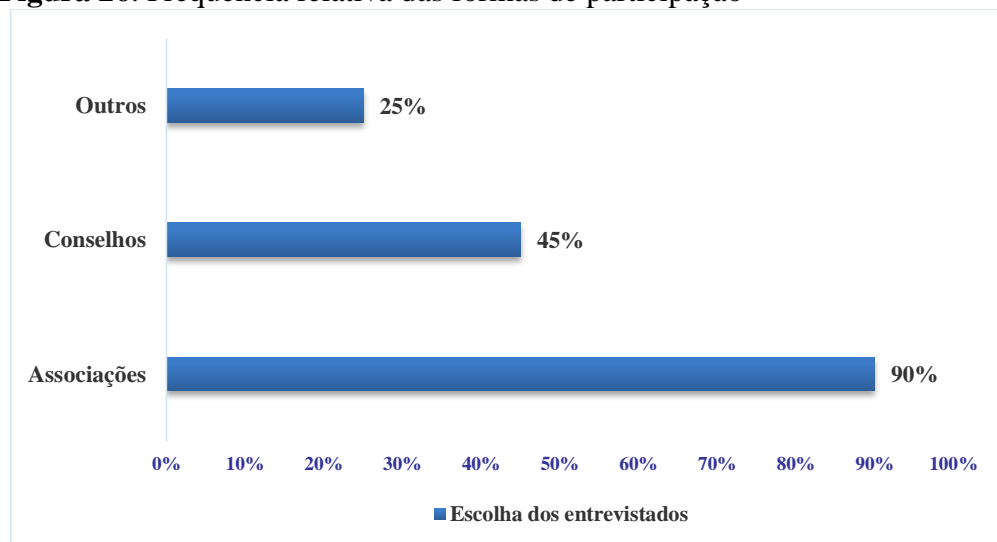
**Fonte:** Elaboração própria baseada nos dados dos entrevistados, 2019.

Como se pode perceber 60% dos entrevistados declarou não participar diretamente da gestão do turismo local. Os fatores que levaram a esse resultado, ou seja, a explicação dada pela maioria dos entrevistados foi de que não há o hábito da população participar de forma direta das decisões públicas do município.

Essa realidade está em total falta de sintonia com a nova dimensão da cidadania que põe o cidadão no papel de sujeito social ativo, lhe conferindo uma nova postura.

Os indicadores da Figura 26 mostram de que forma ocorre a participação na gestão do turismo local

**Figura 26.** Frequência relativa das formas de participação



**Fonte:** Elaboração própria baseada nos dados dos entrevistados, 2019.

Dentre os entrevistados, a maioria (90,0 %) respondeu que sua participação ocorre muito mais nas organizações não-estatais, que é o caso da Associação das Itacoatiaras de Ingá. Menos da metade dos entrevistados (45,0 %) respondeu que participa do Conselho Municipal do Turismo e 25% dos entrevistados respondeu que estão inseridos em outros espaços de participação como, por exemplo, a associação das labirinteiras e do sindicato dos trabalhadores rurais.

Essa participação em organizações estatais e não-estatais se revela mais comum no Brasil somente a partir da Constituição de 1988, graças ao princípio aplicado à maioria das políticas sociais, a descentralização e a participação da sociedade. Nessa lógica, a sociedade civil percebe a existência de espaços legítimos onde ela pode participar ativamente do processo de tomada de decisão no que se refere às demandas locais.

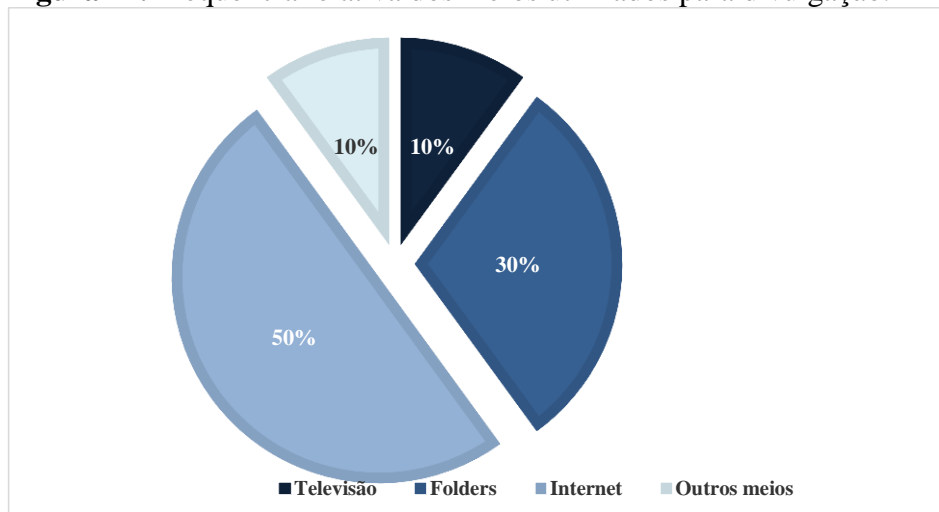
Quanto à criação da associação no município de Ingá, esse fato expressa um processo genuinamente endógeno, visto que foi criado a partir da vontade e mobilização da sociedade, conferindo-lhes certa independência do controle do poder público, ideias essas que convergem com as de Fratucci (2009).

De modo geral, é visível a consciência demonstrada pelos entrevistados no que se refere à importância de seu entrosamento com o setor público. Visto que mesmo encontrando resistências quanto a participar de forma direta na gestão pública, buscaram outros meios de se expressarem enquanto sujeitos políticos. Essa é uma realidade que se afina com a perspectiva de Frey (2000) de que “os espaços de tomada de decisão são também, por si só, produtos de negociações, refletindo relações de poder e produzindo efeitos decisivos para o processo político”.

#### 4.3. Divulgação e infraestrutura logística do turismo no município de Ingá-PB

No caso de atividade de turismo com vistas ao desenvolvimento local, é fundamental que se considere a visão turística dos atores. Daí a importância do envolvimento da comunidade local no processo de desenvolvimento da atividade. Foi nesse contexto que foram feitas perguntas aos entrevistados começando pela questão que se refere aos meios utilizados para divulgação dos atrativos turísticos locais, conforme está representada na Figura 27.

**Figura 27.** Frequência relativa dos meios utilizados para divulgação.



**Fonte:** Elaboração própria baseada nos dados dos entrevistados, 2019.

Verifica-se a predominância da divulgação através da Internet com 50,0% das respostas quando se compara com outros meios eletrônicos na divulgação do turismo local.

Nota-se, entretanto, que a divulgação por meio de folders ainda tem um grande espaço no processo de divulgação, visto por 30,0 % dos entrevistados.

Os percentuais da internet mostram que as redes sociais são o meio mais utilizado para divulgar o turismo local. Essa mídia demonstra grande potencial como estratégias de ampliação do marketing turístico local, porém, não dispensa o marketing tradicional.

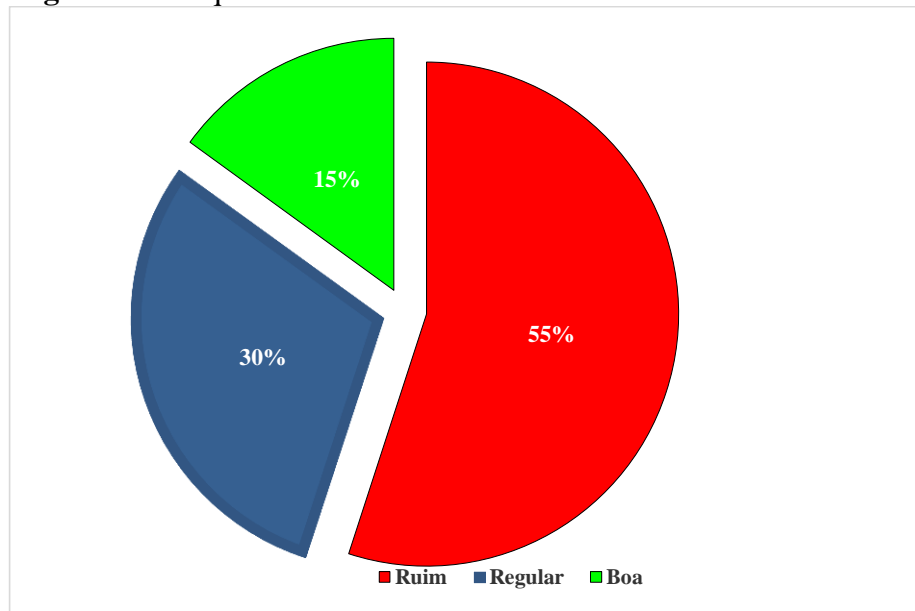
Esses resultados estão em acordo com estudos da OMT (2003), que ressalta a importância do marketing eletrônico não somente como forma eficiente de reduzir custos e atingir os mercados alvos, mas, também, como forma de criar vínculos com outras organizações de interesses comuns para elaborar parcerias no planejamento de trabalho conjunto.

É importante ressaltar que toda esta divulgação concentra-se no Sítio Arqueológico Itacoatiara sendo feita principalmente através de blogs. Importante ressaltar que não há ainda uma página oficial de divulgação dos atrativos turísticos do local.

De modo geral percebe-se que as mídias digitais no que se referem à divulgação, representam um custo menor, contudo, não elimina a importância de se combinar o uso de divulgação digital com o uso de ferramentas de divulgação tradicional como mídia impressa, folders, banners e outros. Concorde-se com o SEBRAE (2008), que a escolha da forma de comunicação dependerá do público alvo.

Diante dos resultados é visível a fragilidade das informações turísticas disponíveis pelo município na promoção do turismo local considerando todos os seus atrativos. Nesse contexto, depois do Sítio Arqueológico, somente o artesanato local vem sendo divulgado enquanto produto turístico, tal divulgação é feita em grande parte graças ao apoio do SEBRAE que o divulga através de feiras e eventos por todo o Brasil.

Referente à infraestrutura turística, a Figura 28, representa as respostas dadas pelos entrevistados:

**Figura 28.** Frequência relativa sobre a Infraestrutura turística

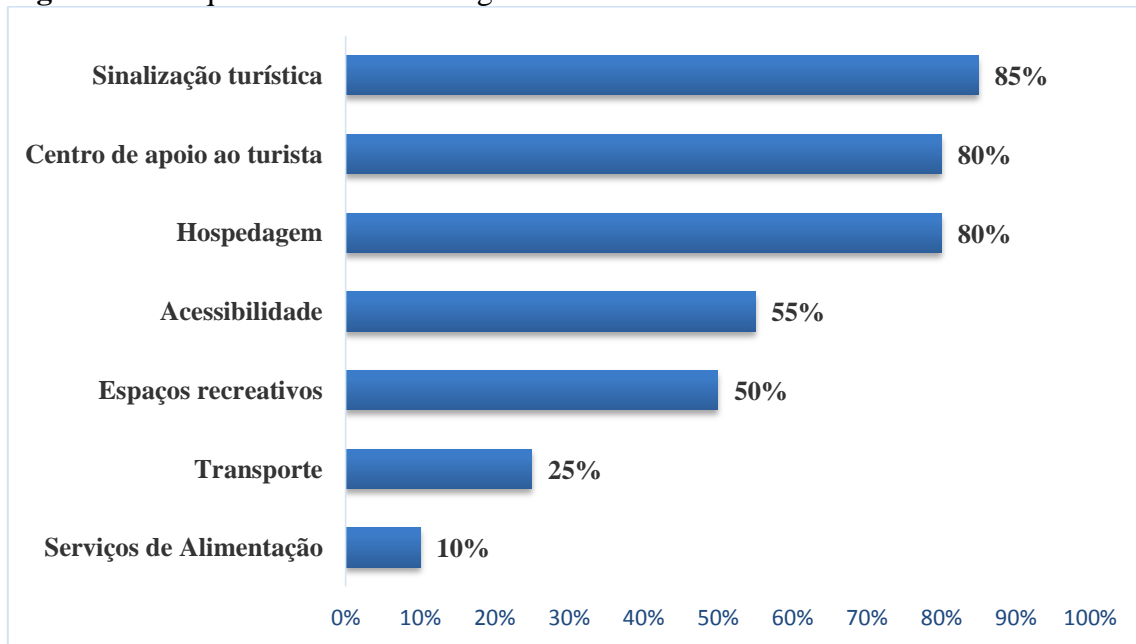
**Fonte:** Elaboração própria baseada nos dados dos entrevistados, 2019.

Os elevados quantitativos nas respostas de ruins e regulares (85,0 %) demonstram por si só um gargalo na infraestrutura turística do município. Importante ressaltar que a opção “boa” foi respondida por somente 15,0 % dos entrevistados.

Esses resultados estão muito aquém do que é recomendado pelo Ministério do Turismo, que concebe a infraestrutura como condição básica, com poder inclusive, de limitar a demanda de turistas nos destinos. Uma vez que a infraestrutura é parte essencial na composição e sustentabilidade da atividade do turismo, sendo muito mais que um componente a serviço do turista, mas, sobretudo, um serviço para usufruto da população local.

Esse cenário se mostra contrário a resultados encontrados nos estudos de Ruschmann (2010), que reitera que além da infraestrutura turística, a infraestrutura geral das destinações são base para atender as necessidades básicas tanto dos turistas quanto da população receptora.

A Figura 29 representa as respostas dos entrevistados com relação às sugestões para melhoria da infraestrutura turística do local.

**Figura 29.** Frequência relativa de sugestões de melhoria na infraestrutura turística local

**Fonte:** Elaboração própria baseada nos dados dos entrevistados, 2019.

Como pode se verificar na Figura 29, a maioria dos entrevistados respondeu que existem três pontos críticos que precisam de melhorias na infraestrutura turística do local: sinalização, apoio e hospedagem. Trata-se de itens relevantes na recepção do turista, no caso da sinalização, o visitante sem orientação terá dificuldade para se deslocar e conhecer os principais atrativos turísticos deixando de aproveitar a potencialidade do local visitado.

Essa percepção é confirmada por Souza (2006), que afirma que a falta de sinalização turística compromete o retorno ao lugar desejado pelo visitante. Até porque, quando esses referenciais não são supridos, a qualidade da viagem pode ser influenciada de forma negativa.

A sinalização viabiliza o deslocamento do turista além de facilitar o consumo de produtos e serviços turísticos do local, fazendo com que o turista desfrute de uma experiência mais intensa no destino da viagem.

No presente estudo se percebe a falta de sinalização de orientação turística no local de acordo com o padrão utilizado pelo Guia Brasileiro de Sinalização Turística da resolução de 1996 do CONTRAN, que instituiu o uso da cor marrom para sinalização turística.

O guia de sinalização prevê a visibilidade, legibilidade e segurança. De acordo com as normas as placas devem estar afixadas em lugares altos, não havendo árvores ou outro obstáculo obstruindo a visão do turista e devem ser visualizadas e lidas a uma distância segura, tanto para turistas a pé quanto para motorizados.



No caso do município em estudo, observou-se que na área urbana há atualmente duas placas de sinalização em conformidade com alguns dos critérios indicados pelo Guia Brasileiro de Sinalização Turística. Mesmo assim, são insuficientes e atendem somente a alguns atrativos localizados no centro da cidade, deixando outros pontos de interesse desprovidos, não havendo outro tipo de ferramenta para informação e orientação para o turista.

A partir dos resultados se constatou também que o município não conta com Centro de informações ao turista, além de se configurar um espaço para acolher o turista, o centro de informações funciona como espaço para divulgação dos eventos culturais do local, cujo objetivo maior é levar o turista a conhecer os atrativos do local. Nesse resultado há um desencontro com estudos de Beni (2000) ao afirmar que “os centros de informações turísticas são partes da infraestrutura de localidade turística, sendo por sua vez, de responsabilidade do setor público”.

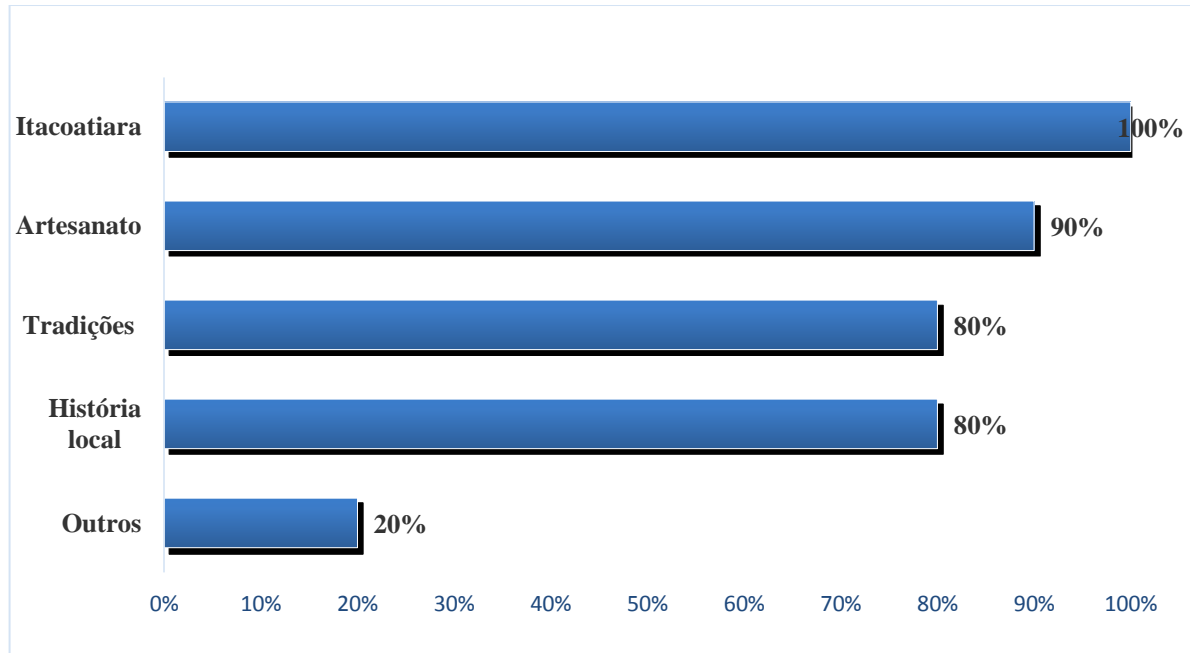
Com relação à hospedagem, 80,0 % dos entrevistados responderam ser essa a necessidade mais crítica no local. Outro item apontado como sendo necessário na melhoria da infraestrutura foi à acessibilidade, representando 55% da amostra. Em se tratando da acessibilidade, pode-se observar a ausência de rampas, de vagas reservadas, ausência de desníveis e portas, passagens livres, corrimão, piso antiderrapante, elementos essenciais para que o turista seja bem recebido.

Fazendo-se uma análise comparativa do item deficiência, mostrada pelo IBGE (2017), o município precisa se adequar à realidade do país, visto que o número de pessoas com algum tipo de deficiência foi de 45,6 milhões de pessoas, ou seja, um percentual de 23,9%. Isso sem falar nas pessoas com mobilidade reduzida (idosos, gestantes e outros).

Com relação ao espaço recreativo 50,0 % dos entrevistados disse da necessidade de criação de espaços como condição necessária para melhoria da infraestrutura turística do local. A sugestão foi a criação de área de recreação nas proximidades do Sítio Arqueológico Itacoatiara, como forma de promover a permanência maior do turista no local, visto que o período de visita, na maioria das vezes, não ultrapassa uma hora.

No quesito infraestrutura turística 25,0 % respondeu que não existe um serviço de transporte qualificado para condução do turista aos atrativos locais. Um número bem menor, cerca de 10,0 %, relatou que há necessidade de melhorias na oferta de serviços de alimentação.

Quando perguntados quanto à existência de atrativos turísticos no município, a Figura 30 sintetiza as respostas dadas pelos entrevistados:

**Figura 30.** Frequência relativa de atrativos turísticos do local

**Fonte:** Elaboração própria baseada nos dados dos entrevistados, 2019.

As frequências demonstram ser o Sítio Arqueológico Itacoatiara o principal atrativo turístico do município, que vem sendo consolidado como atrativo turístico do local, desde o seu tombamento. Essa resposta foi unânime.

Mesmo sendo o Sítio Arqueológico Itacoatiara o atrativo turístico principal, 90,0 % dos entrevistados citaram o artesanato como sendo o segundo atrativo do lugar e em terceira colocação vieram a história e tradição cultural, com 80,0 % cada um. Nesse quesito os entrevistados mencionaram a comunidade quilombola como representante da tradição cultural do local.

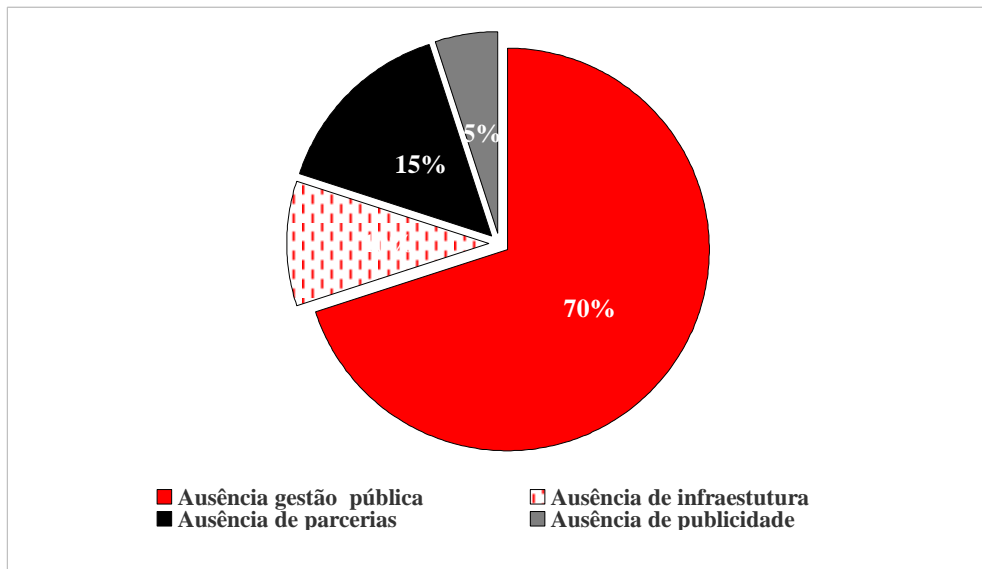
A comunidade quilombola, conhecida como “Pedra d’água”, tem uma diversidade de bens culturais que pode ser visto através da forma de expressão e seus costumes. A confecção da renda labirinto e confecção de jererés (rede de pesca de formato circular feita de fio de algodão), utilizada para a pesca manual de peixe de pequeno porte, são algumas das expressões do saber local desta comunidade.

No item história local foi ressaltado o ciclo do algodão vivido pelo município e que está retratado em algumas edificações espalhadas pela cidade, como sendo importantes elementos históricos da mesma. Com relação a outros atrativos, 20,0 % dos entrevistados relataram que embora tenham pouca visibilidade, há no local os artistas populares, emboladores de côco, repentistas, curandeiros e outros representantes da cultura popular.

No contexto geral, esses atrativos confirmam que elementos da cultura popular são importantes representantes da história de um local e, portanto, se traduzem em potencialidades capazes de gerar desenvolvimento local.

Após apresentadas as potencialidades turísticas do município foi perguntado ainda aos entrevistados se existem fatores que limitam a atividade no local e quais são tais fatores. A Figura 31 expressa as respostas dos entrevistados.

**Figura 31.** Frequência relativa dos fatores limitantes para o turismo local



**Fonte:** Elaboração própria baseada nos dados dos entrevistados, 2019.

No que se refere a fatores limitantes da atividade no local, observou-se que a ausência de gestão pública foi apontada como relevante fator limitador, sendo a resposta de 70,0 % dos entrevistados. Ao passo que 15,0 % alegou a ausência de parcerias constantes como fator limitador da atividade. Para 10,0 %, a maior dificuldade é a falta de infraestrutura turística e 5,0 % a falta de publicidade (divulgação).

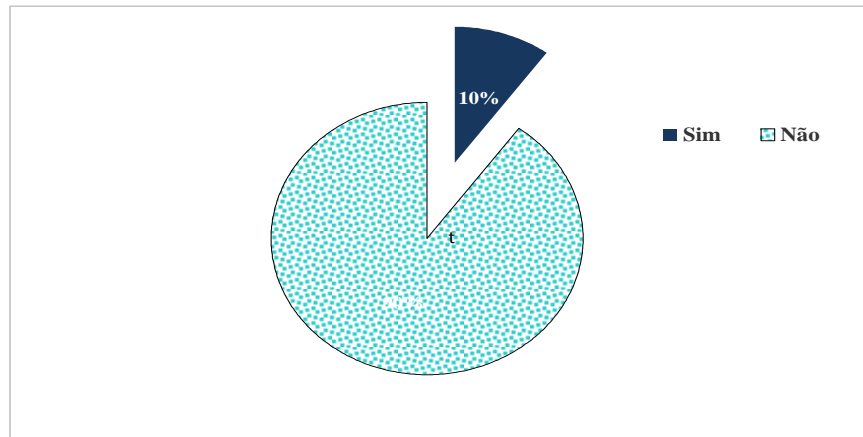
A gestão pública foi resposta predominante como fator limitador para o desenvolvimento do turismo local. Esse quadro diverge das posições encontradas nos estudos de Beni (2000) e de Ruschmann (2010) que defendem a intervenção proeminente do Estado no desenvolvimento da atividade de turismo. Nas palavras de Ruschmann “historicamente, o êxito do turismo em uma destinação depende da ação do Estado”.

Quanto à falta de infraestrutura, como se pode observar, essa questão foi recorrente ao longo das respostas dadas, revelando-se ser um aspecto crítico a ser repensado para o desenvolvimento da atividade no local. No que tange à publicidade, observa-se que somente 5,0 % dos entrevistados a apontou como fator limitador da atividade no local, demonstrando

que a mesma quando comparada à infraestrutura, não se configura essencialmente, um grande fator limitador no desenvolvimento do turismo local.

Considerando a necessidade que todo destino turístico tem de um roteiro, foi perguntado aos entrevistados se o município pesquisado tem um roteiro turístico. O resultado será apresentado na Figura 32.

**Figura 32.** Frequência relativa da existência de roteiro turístico



**Fonte:** Elaboração própria baseada nos dados dos entrevistados, 2019.

Diante da indagação, 10,0 % dos entrevistados relataram que existe um roteiro turístico contra 90,0 % que responderam não haver roteiro oficial no município, como mostra a Figura 32.

Diante dos resultados foi possível observar que não há oficialmente um roteiro turístico no município. O que se tem são os eventos juninos e uma festa de caráter religioso que acontece a várias décadas no município no mês de outubro (Festa da Padroeira). Esses eventos em razão da tradição costumam atrair pessoas das cidades circunvizinhas.

Assim sendo, o que se constata é que efetivamente não há no município um roteiro turístico, embora haja eventos que ao longo do tempo foram se tornando eventos tradicionais passando a fazer parte da história do local.

## CONCLUSÕES

Em termos gerais, a pesquisa revelou como se dá a dinâmica da atividade de turismo no município de Ingá, PB, apresentando seus limites e potencialidades a partir dos atrativos turísticos do local, dentre estes o Sítio Arqueológico Itacoatiara, patrimônio arqueológico que deu ao município o *status* de destino turístico.

Neste contexto, o Sítio Arqueológico Itacoatiara é o principal atrativo, compreendendo um monumento arqueológico com gravura rupestre, que aborda a história, a natureza e os costumes atribuídos aos primitivos habitantes do local. O Sítio Itacoatiara foi o primeiro monumento arqueológico tombado, como patrimônio arqueológico nacional no ano de 1941, passando a ser de domínio da União.

Embora o município apresente potencialidades turísticas, observou-se que não são percebidas relevantes transformações econômicas e socioculturais advindas dessa atividade. Verificou-se ainda que o fluxo turístico é pouco ao longo da semana, sofrendo uma leve alteração nos feriados e fins de semana.

Os dados acerca do perfil socioeconômico dos atores ligados à atividade de turismo no local possibilitou a constatação de que estes atores estão na faixa etária superior a 30 anos, o nível de escolaridade varia entre fundamental e médio e a renda mensal familiar é de até dois salários mínimos. Renda esta que não se origina exclusivamente da atividade de turismo, embora seja complementada pela mesma.

A atividade do turismo no município de Ingá é gerida pela administração direta (Secretaria Municipal de Turismo), que criou em 2018 o Conselho Municipal de Turismo. Constatou-se também que há espaços de participação não-estatais formalmente institucionalizados pela própria comunidade, que é o caso da Associação das Itacoatiaras de Ingá (AITAI) cujo funcionamento se dá na sede da Pastoral da Criança. Esta associação é fruto da iniciativa dos atores sociais envolvidos na atividade cujo objetivo é buscar melhorias para o desenvolvimento da atividade.

Na avaliação destes atores a gestão pública tem uma atuação marcada por fragilidades decorrentes da ausência de planejamento da atividade de turismo, não havendo uma cultura de planejar e executar ações interagindo com a sociedade, constituindo-se num modelo de gestão centralizada.

Quanto ao principal atrativo turístico do local, o Sítio Arqueológico Itacoatiara, verificou-se que não há uma política de investimento fomentando o turismo arqueológico ou cultural e também há necessidade de melhorias na infraestrutura deste.

Quanto aos equipamentos e serviços turísticos, os resultados revelaram que a infraestrutura turística de forma geral se mostra insatisfatória no que se refere a transporte, sinalização, hospedagem e espaço recreativo no local.

No que tange aos demais atrativos turísticos existentes no município, dentre eles um conjunto urbano, patrimônio ferroviário e uma comunidade quilombola denominada de “Pedra d’água”, rica em patrimônio imaterial como saberes, modos de fazer e celebrações, verificou-se que não é dada ênfase à potencialidade destes atrativos. Ainda se constatou que o município tem potencial para consolidar um novo segmento turístico que é o turismo de experiência.

Dentre os atrativos ressalta-se a renda de labirinto, artesanato que compreende uma atividade que reflete o saber local, com forte impacto na construção da identidade local além de se configurar como alternativa na geração de renda de um grupo de mulheres artesãs da comunidade.

Através desta pesquisa foi possível identificar a pouca mobilização no que se refere ao desenvolvimento da atividade de turismo no município, constatando-se uma desarticulação entre poder público e sociedade no geral.

Efetivamente, o município de Ingá dispõe de potencial para o incremento da atividade de turismo, prova disso é o fato de o mesmo já ser reconhecido nacional e internacionalmente como destino turístico em razão do seu patrimônio arqueológico, contudo, algumas medidas precisam ser tomadas a curto e longo prazo para a concretização de um roteiro que contemple todos os potenciais atrativos turísticos, que sejam buscadas estratégias para aumentar a estada do turista que visita o local visando o fortalecimento da atividade e, conseqüente desenvolvimento local.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. L. S. (2012). Arte Rupestre: conceitos introdutórios. Disponível em: [www.scribd.com/rodrigo\\_simas\\_aguiar](http://www.scribd.com/rodrigo_simas_aguiar) acesso em: 08 de jul de 2018

ALMEIDA, R. T. **A arte rupestre nos cariris velhos**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 129 p, 1979.

ALMEIDA, M. T. 2009. **A pedra do Ingá: A reprodução do mito, a reprodução da fé**, Brasil. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB.

AMORIM, L. B. **Cerâmica marajoara: a comunicação do silêncio**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010.

ANDRADE, J. V. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1992.

\_\_\_\_\_. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1995.

ANDRADE, J. A. **O turismo científico na Amazônia: um estudo das oportunidades, necessidades e potencialidades para a cidade de Manaus /Manaus: UFAM, 2008.**

ANJOS, E. E. Desenvolvimento sustentável: “A insustentável leveza de ser”. **Revista Humana**, nº 2, p. 1-14, 2010.

ARAÚJO, A. G; PESSIS, A. M et al. **Parque Nacional Serra da Capivara**, Piauí Brasil. Fundação do Homem Americano. São Paulo: Typelaser Desenvolvimento Editorial Ltda, 1998.

BADARO, R. A. L. **Direito do turismo: história e legislação no Brasil e no exterior**. São Paulo: SENAC. p.25-38, 2003.

BADARO, R. A. L. **O Direito do Turismo através da história e sua evolução**. Evolução São Paulo: [s.n.], 2005. Disponível em: Acesso em: 17 ago. 2005.

BARRETO, M. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. USP. Departamento de Relações Públicas, propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Turismo em Análise. vol, 15. n.2 (2004). São Paulo CRP/ECA/USP: Aleph, 1990.

BARRETTO, M. Manual de iniciação ao estudo do turismo. **Coleção Turismo**. 17 ed. Campinas: Papyrus, p.25-67, 1999.

BARRETTO, M. Turismo e Legado Cultural. **As possibilidades do planejamento**. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

BARRETTO, M. **Planejamento responsável do turismo**, 2 ed. Campinas: Papyrus, 2009  
BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 10ª ed. São Paulo: Senac, 2010.

BENI, M. C. **Política e estratégia do desenvolvimento regional – planejamento integrado e sustentável do turismo.** In: LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar. Turismo: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000. p. 160-170.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do Espaço Turístico.** Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BOURDIN, A. **A questão local.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BOSISIO, A. **Breve História do Turismo e da Hotelaria.** Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio/Conselho de Turismo, 2005.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas.** / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008. 52 p.

BRASILEIRO, MDS., MEDINA, JCC., CORIOLANO, LN., orgs. Turismo, cultura e desenvolvimento [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. 233 p. ISBN 978-85-7879-194-0. Available from SciELO Books. Acesso em 30 de jan de 2019 Disponível em: <http://books.scielo.org/id/7y7r5/pdf/brasileiro-9788578791940.pdf>

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico.** Lua Nova, São Paulo, 93: 33-60, 2014

BRITO, V. As inscrições da Pedra do Ingá. Revista do UNIPÊ, série: **Ciências Humanas e Sociais.** ano XI, n. 1. João Pessoa: 2007.

BRUSADIN, L. B. **Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso.** Revista Hospitalidade, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 87-111, 2. sem. 2005.

C, M. ROCHA, Leonardo Caetano. **Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo:** uma questão metodológica Márcio. Revista eletrônica de ciência política, vol. 7, n. 1, 2016.

CALDARELLI, S. B. Levantamento arqueológico em planejamento ambiental, **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia,** São Paulo, Suplemento 3: 347-369, 1999.

CARVALHO, H. D. S. **Representações rupestres no Piemonte da Chapada Diamantina,** Bahia, Brasil. Dissertação de doutoramento em História, especialidade Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal: FLUC, 2012, 479 p.

CARVALHO, K. D. **Turismo Cultural e Arqueologia nos espaços urbanos:** caminhos para a preservação do patrimônio cultural. Turismo & Sociedade, Curitiba, v. 3, n.1, p. 51-67, 2010.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M.; LASTRES, H. M. M. Caracterização e taxonomias de arranjos e sistemas produtivo locais de micro e pequenas empresas. In: **Relatório de atividades.**



- CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Ballestrari. **Geografia e Turismo: reflexões teóricas e enfoques regionais**, São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 95-121.
- CÉZAR, T. H. S. **Sítio Arqueológico Itacoatiaras do Rio Ingá: reflexões sobre a preservação do patrimônio cultural e a documentação como um instrumento para esta prática**. (Dissertação) IPHAN, Rio de Janeiro. 2013, 171 p.
- COLANTUONO, A. C. S. O processo histórico da atividade turística mundial e nacional. **Cadernos da Fucamp**, v.14, n.21, p.30-41/2015
- CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Trad. Viviane Ribeiro. EDUSC, Bauru, p.17-68, 1999.
- CRISÓSTOMO, Francisco Roberto. Turismo & hotelaria. São Paulo: DCL, 2004. 345p
- CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.
- CRUZ, R. C. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2003.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. A Exclusão e a Inclusão Social do Turismo. PASOS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Vol. 3 Nº 2 págs. 295-304. 2005, Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/3205/PS080205.pdf> acesso em 21 de set de 2018.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança**. Fortaleza. EdUECE, 2009.
- CORIOLOANO, L. N. M. T; SAMPAIO, C. C. **Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução**. Campina Grande. EdUEPB. 2016.
- D'AVILA, J. S. O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea. In RIBEIRO, B. (Org.). **O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea**. FUNARTE. Rio de Janeiro, 1984.
- DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.
- DUPAS, G. **O mito do progresso; ou progresso como ideologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2006
- ENDRES, A.V. Políticas de turismo, desenvolvimento e o papel do estado: cenários e inquietações. Revista eletrônica dos pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC. v. 5, n.1 , 2008. Acesso em: 29 de março de 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/1806-5023.2008v5n1p74/12343>
- FERREIRA, A. Ingá: Retalhos da História... Resquícios de memórias. Campina Grande, PB, 2 ed., Editora Cópias e Papéis, 2017

FERNANDES, A. A arte rupestre na Paraíba: Um estudo sobre o sítio arqueológico da localidade Algodões, no município de Condado. **Revista Brasileira de Filosofia e História**, Pombal-PB, v. 1, n. 1, p. 6-10, 2012

FRATUCCI, A.C; SCHWANTES, G.X.L; MAIA, Y.C. / CULTUR / **Estrutura da gestão pública do turismo nos municípios do estado do Rio de Janeiro**. ANO 8 - Nº 01 -FEV (2014).

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **A superação do subdesenvolvimento**. Economia e sociedade (1994), no 3. Campinas, pp. 37-42.

GALDINO, L. C. F. COSTA, M. L. da. Análise das principais políticas públicas de turismo no Brasil, da década de 1990 à atualidade. Observatório de Inovação do Turismo - **Revista Acadêmica** Vol. VI, nº4, Rio de Janeiro, SET. 2011.

GASPAR, M. A arte rupestre no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2ª edição, 89 p, 2003.  
GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 128 p, 2001.

GOMES, C. C. **Turismo comunitário: um caminho para o desenvolvimento local**. Geoinf, v. 9, n. 1, p. 25-48, 2017.

GOULART, S. **Sob a verdade oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, p.50-64, 1990.

GUIDON, N. Parque Nacional Serra da Capivara: modelo de preservação do patrimônio arqueológico ameaçado. **Rev. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 33, p.75-93, 2007.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

IBGE (2017). Cidades – Ingá. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades/paraiba=inga>. Acesso em 20 março de 2019.

JUSTAMAND, M.; MARTINELLIM, S. A.; OLIVEIRA, G. F.; BRITO E SILVA, S. D. A arte rupestre em perspectiva histórica: uma história escrita nas rochas. **Rev. Arqueologia Pública**, v.11, n.1 p.130-172, 2017.

KILBERT, E. C.; Pirenópolis - **Limites e Possibilidades de Desenvolvimento pelo Turismo** /Erika Cristiane Kilbert; orientador Marutschka Martini Moesch. – Brasília, 2015. 251 p.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2009, 240 p.

LEAL, W. **O real e o virtual no turismo da Paraíba**. João Pessoa: A União Editora, 2001.

LIMA, P. C. S. **Desenvolvimento local e turismo no Pólo de Porto de Galinhas – PE.** 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília, UNB, Brasília/DF.

LOBATO, F. M. **Descentralização de políticas públicas de turismo: a municipalização do turismo no Maranhão.** 236p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação)– Universidade de São Paulo, Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo, São Paulo, 2001.

LOHMANN, P. A inovação do turismo no Brasil: os desafios na construção de sua trajetória. Observatório de Inovação do Turismo - **Revista Acadêmica**, vol. VII, nº 2, p. 1-16, 2012

LUCHIARI, M. T. D. P. **A Reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades.** In: Geosp – Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 17, 2005

MANZATO, F. Turismo arqueológico: diagnóstico e análise do produto arqueoturístico. **Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**, vol. 5, nº 1, p. 99-109, 2007.

MANZATO, F.; REJOWISKI, M. Turismo Arqueológico do Estado de São Paulo. **Revista Patrimônio** (online), v.1, p1-12, 2005.

MATHEUS, Z. M. A. **Gestão e avaliação de programas. Estudo de caso: Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT.** 135f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) –Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo, 2003.

MENESES, U. T. Premissas para a formulação de políticas públicas em arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Nº 33. Brasília: IPHAN, 2007.

MENEZES, F. O. O município de Bodoquena – MS: uma análise do turismo como instrumento de auxílio para o desenvolvimento local. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) –Universidade Católica Dom Bosco, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, Campo Grande – MS, 2004

MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional de Turismo 2003-2007. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Ecoturismo: Orientações Básicas. **Cadernos e Manuais de Segmentação.** Brasília: 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em 06/07/2019.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Segmentação do turismo e o mercado. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 170p.

MOESCH, M. M. A produção do saber turístico. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002, 142 p.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Cadernos do Logepa** João Pessoa Vol. 2, n. Jul-Dez-2003 p. 81-93

MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2000 p. 71-97.

MOTA, K. C. N. **Marketing Turístico**: promovendo uma atividade Sazonal. São Paulo: Atlas, 2001.

NASCIMENTO, A.P.M.S. **Diagnóstico Ambiental dos Resíduos Sólidos Urbanos no Município de Ingá-PB**.UEPB, 2011.

NASCIMENTO; BARBOSA. **Política pública de turismo e desenvolvimento local: a experiência de tracuateua (pará) revista terceira margem amazônia** | v. 2 n. 8 jan/jun. 2017

NERI, F. J. S. **O país das Amazonas**. Trad. Ana MazurSpira. Apresentação Maio Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. São Paulo: EDUSP, 1979.

NETTO, A. P.; GAETA, C. **Turismo de experiência**. São Paulo: Senac, 2010.

OLIVEIRA, C. D. **As relações artesanais e o estímulo ao desenvolvimento local no Brasil, em Gouveia-MG e outras diferentes escalas**. Dissertação (mestrado).Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte. 2007

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Atlas de desenvolvimento humano do Brasil de 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em 20 de março de 2019

PEREIRA, C. J. C. **Artesanato: definições, evolução e ação do Ministério do Trabalho**; o programa nacional de desenvolvimento do artesanato. MTB, 153 p. Brasília, 1979.

PEREIRA JÚNIOR, J. A. **Em torno da velha questão que é a de terem estado os fenícios no Brasil e outros reparos**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo, v. LXVIII, 1970, p. 183-190, 1970.

PEREIRA, E.; FIGUEIREDO, S. L. Turismo e Arqueologia na Amazônia - Brasil: Aspectos de preservação e planejamento. **IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo**. UAM, p. 1-13, 2007.

PLANO Nacional de Turismo: 2013-2016, **o turismo fazendo muito mais pelo Brasil**. Brasília: Min. Turismo, 24 maio 2013.

PROCÓPIO, I.V; OLIVEIRA JUNIOR, L.B; AMANCIO, R. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada** – Vol. 4 N<sup>o</sup> 6 Jan-Jun 2009 [http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/procopio\\_et\\_al\\_-\\_6.pdf](http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/procopio_et_al_-_6.pdf) Acesso em: 18 de fevereiro de 2019.

RIBEIRO, J.B.N. **A geoconservação e os aspectos do geoturismo do sítio arqueológico do Ingá-PB**: um estudo das pedras Itacoatiara. UEPB. Campina Grande, 2018.

- RODRIGUES, A. B. Turismo e desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec, 1999.
- RODRIGUES, V. O patrimônio arqueológico e a atividade turística na sesmaria Jaguaribe, litoral Norte de Pernambuco. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 15, n 4. p. 861-866, 2017
- ROCHA JUNIOR, J. H. **Um olhar sobre as Itacoatiaras do Ingá-PB**: entre usos das fontes, saberes e sensibilidade no ensino de História. UEPB, Campina Grande, 2018.
- RUSCHMANN, D. (2010). **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente, 16ed. Campinas: Papirus.p.145-160
- SAMPAIO, C.A.C. **Turismo em Análise**, v. 18, n. 2, p. 148-165, novembro 2007.
- SANTOS, C. D. SOUZA, L. F. **A importância da qualificação para o turismo receptivo**. VIII Fórum Internacional de Turismo do Iguassu 04 a 06 de junho de 2014 Foz do Iguazu – Paraná – Brasil.
- SANTOS, S. Revisitando conceitos sobre políticas públicas e gestão do turismo em cidades. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 4, n. 2, 30 dez. 2016.
- SANTOS, J. S. **Estudos da tradição Itacoatiara na Paraíba**: subtradição ingá? Campina Grande, Paraíba. Cópias & Papéis, 2014. 165 pp.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. p.16-80, 2000
- SOUZA, C. G. S. **O Turismo Arqueológico na Preservação do Patrimônio Cultural**: um estudo de caso dos sítios rupestres de Serranópolis-GO / Carolina Guimarães Starling de Souza – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.
- SORRENTINO, R. S. (Coord.). Uma História do Ingá. Joao Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1993.
- VELOSO, T. P. G.; CAVALCANTI, J. E. A. O turismo em sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do patrimônio arqueológico. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo: nº. 20, p. 155-168, 2007.
- VIRGINIO, D. F; FERREIRA, L.V. **Gestão pública do turismo**: uma análise da política de regionalização no período 2004-2011 no Rio Grande do Norte, Brasil, 2013
- ZAPATA, T. **Desenvolvimento local**: trajetórias e desafios. Recife: IHDA, Gráfica e Editora Nacional, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho; ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999 p. 24-30
- ARAUJO, M.S.S. Fiando renda, tecendo história e fazendo memorial: a arte do labirinto na memória e identidade cultural das labirinteiras da comunidade de Chã dos Pereiras, PB, 2017.UEPB.

CANCLINI, N. G.. As culturas populares no capitalismo. Tradução de Claudio Novaes Pinto Coelho. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 30-56.

PROGRAMA DO ARTESANATO BRASILEIRO (PAB). Glossário Do Programa Do Artesanato Brasileiro – Base Conceitual. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2010).

BARROSO, H.C.; FROTA, M.H.P. **A Trama do trabalho artesanal para mulheres cearenses: desvendando códigos de gênero**, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010.

GOHN, M. G. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FRATUCCI, A. (2009). Refletindo sobre a gestão dos espaços turísticos: perspectivas para as redes regionais de turismo. *Revista Turismo Em Análise*, 20(3), Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14192> acesso em 20 de fevereiro de 2019

FREY, K. (2000). Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas, 21. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89> acesso em 22 de fevereiro de 2019

MINISTÉRIO DO TURISMO/IPEA. Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS e da PNAD 2013, para o Brasil e regiões, Brasília-DF, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/extrator/index.html> acesso em março de 2018

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Turismo internacional: Uma perspectiva global. Tradução de Roberto Cataldo Costa. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2003. Título original: International Tourism: A Global Perspective, 2/E.

SALLES, H. M. **Gestão democrática e participativa**. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2012.

SOUZA, M.E.A. (2006). Sinalização turística e percepção do espaço geográfico. Turismo - Visão e Ação, vol. 8, n.1, p. 160 – 175

VALLE, Ivete Agostini de. A profissão de guia de turismo: conhecendo o passado e o presente para projetar o futuro. 2004. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia/ Universidade Estadual de Santa Cruz.

## APÊNDICE

Questionário semiestruturado das entrevistas com perguntas nos temas relacionados à pesquisa

Data da aplicação: \_\_/\_\_/\_\_\_\_\_

### 1. Sexo

Masculino     Feminino

### 2. Faixa Etária do Entrevistado

18 a 24 anos;  25 a 29 anos;  30-39 anos;  40-49 anos;  50 a 59 anos;  59 anos

### 3. Escolaridade

Não Alfabetizado;  Fundamental Incompleto;  Fundamental Completo;  Médio Incompleto;  Médio Completo;  Superior Incompleto;  Superior Completo

### 4. Renda Mensal (R\$)

Até 1 salário mínimo;  Até 2 salários mínimos;  Até 3 salários mínimos;  Acima de 3 salários mínimos

### 5. Como você avalia a gestão pública do turismo local?

Ótima     Boa     Regular     Ruim

### 6. Em sua opinião quais são as ações que dinamizaram o turismo local? (Múltipla Marcação)

Serviço de Informação Turística;  Criação de Conselhos, Fóruns, Comissões, etc;

Criação de Secretaria de Turismo;  Melhoria da Infraestrutura local

Educação e conscientização;  Investimentos em Marketing (vídeo profissional, folder turístico, site)

Criação de instrumentos políticos (legislação municipal)

### 7. Você participa de forma direta da gestão do turismo local?

Sim     Não

Se sim, de que forma?

Fórum     Associações, Comitês     Conselhos     Outros

### 8. Como é feita a divulgação dos atrativos turísticos do município?

Televisão     folders     Internet     folhetos     Outros

### 9. Como você define a infraestrutura turística do município?

Ótima     Boa     Regular     Ruim

### 10. Qual sua sugestão para melhorar a infraestrutura turística do município? (Múltipla Marcação)

Sinalização turística     Acessibilidade     Hospedagem     Transporte

Alimentação     Centro de apoio ao turista     Outros

### 11. Na sua opinião, quais os atrativos turísticos do município? (Múltipla Marcação)

- Sítio Arqueológico Itacoatiara     Arte popular     Gastronomia Regional  
 Artesanato     Histórico-cultural     Outros

**12. Na sua opinião, quais os principais fatores limitadores para o desenvolvimento do turismo local?**

- Publicidade;  Ausência de parcerias  
 Infraestrutura turística;  Pouco envolvimento da gestão pública

**13. Existe um calendário Turístico no município?**

- Sim     Não



## **ANEXOS**



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ**  
GABINETE DO PREFEITO

**LEI Nº 465/2017.**

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO E  
DÁ PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE INGÁ**, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 41 da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal de Ingá aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica criado o COMTUR - CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO, que se constitui em órgão local na conjugação de esforços entre o Poder Público e a Sociedade Civil, de caráter deliberativo e consultivo para o assessoramento da municipalidade em questões referentes ao desenvolvimento turístico da cidade de Ingá.

§ 1º. O Presidente do COMTUR será eleito na primeira reunião entre os seus membros, para o mandato de 02 (dois) anos, podendo o mesmo ser reconduzido por mais 02 (dois), conforme normas estabelecidas no seu Regimento Interno.

§ 2º. O 1º Secretário e 2º Secretário Executivo serão designados pelo presidente eleito.

§ 3º. As entidades da iniciativa privada acolhidas nesta Lei indicarão os seus representantes, titular e suplente, que tomarão assento no Conselho com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por suas entidades.

§ 4º. Na ausência de entidades específicas para outros segmentos, as pessoas que os representem poderão ser indicadas por profissionais da respectiva área ou, então, pelo COMTUR, desde que haja aprovação de 2/3 (dois terços) dos seus membros, podendo ser reconduzidas por quem os tenham indicado.



# DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DA PARAÍBA

Nº 15.706

João Pessoa - Quarta-feira, 10 de Dezembro de 2014

Preço: R\$ 2,00

## ATO DO PODER EXECUTIVO

Ato Governamental nº 4.652

João Pessoa, 09 de dezembro de 2014.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 86 da Constituição do Estado da Paraíba, e considerando o Decreto nº 35.643, de 05 de dezembro de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR os seguintes membros para compor o Grupo de Trabalho (GT) que vai elaborar Projeto de Implantação do Parque Estadual Arqueológico Itacoatiaras do Ingá, localizado na zona rural do município de Ingá-PB:

Empresa Paraibana de Turismo - PBTUR

Titular: Maria José Belizário da Silva

Suplente: Alexandre Antonio de Araújo

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano - SEDH

Titular: Ângelo Amaro Veras Viana

Suplente: Luzimar Dias Correia

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Titular: Paulo Roberto do Nascimento

Suplente: Rosildo Correia de Oliveira

Superintendência do Plano de Desenvolvimento de Obras do Estado -SUPLAN

Titular: Solange Cavalcanti Galvão

Suplente: Gilka Spinelly Fernandes da Silva

Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA

Titular: Ieure Amaral Rolim

Suplente: Thiago Cesar Farias da Silva

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - IPHAEP

Titular: Carlos Alberto Férias de Azevedo

Suplente: Edvaldo da Cunha Lira

Companhia de Água e Esgoto da Paraíba - CAGEPA

Titular: Tânia Maia Vasconcelos de Almeida

Suplente: Célia Dalva Alves Serafim

Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba - DER

Titular: Germana Gonzalez Toscano

Suplente: Thalita Paulino Thó Rodrigues

Programa de Artesanato Paraibano - PAP

Titular: Lucineia Maia

Suplente: José Nilton da Silva

Empreender Paraíba

Titular: Eduardo Moraes Filho

Suplente: Dagmundo Lopes Araújo

Procuradoria Geral do Estado

Titular: Gilberto Carneiro da Gama

Suplente: José Morais de Souto Filho

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Titular: Luciano de Souza e Silva

Suplente: Ana Luiza Schuster da Costa

Prefeitura de Ingá

Titular: Walter Mário Gois da Luz

Suplente: Pierre Jan de Oliveira Chaves

  
RICARDO VIEIRA COUTINHO  
Governador

## SECRETARIAS DE ESTADO

### Secretaria de Estado da Administração

PORTARIA Nº 690/GS/SEAD

João Pessoa, 09 de dezembro de 2014.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO usando as atribuições que lhe confere o art. 2º, inciso V, do Decreto nº 7.767, de 18 de setembro de 1978, e tendo em vista o que consta do Processo nº 14.029.877-1/SEAD,

RESOLVE de acordo com o art. 32, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, exonerar, a pedido, JACQUELINE DE ALMEIDA LEITE, do cargo de Programador, matrícula nº 099.709-9, lotada na Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão.

PORTARIA Nº 691/GS/SEAD

João Pessoa, 09 de dezembro de 2014.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO usando as atribuições que lhe confere o art. 2º, inciso V, do Decreto nº 7.767, de 18 de setembro de 1978, e tendo em vista o que consta do Processo nº 14.030.874-1/SEAD,

RESOLVE de acordo com o art. 32, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, exonerar, a pedido, JULIANO TELES DE VASCONCELOS, do cargo de Médico, matrícula nº 182.341-8, lotado na Secretaria de Estado da Saúde.

PORTARIA Nº 692/GS/SEAD

João Pessoa, 09 de dezembro de 2014.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO usando as atribuições que lhe confere o art. 2º, inciso V, do Decreto nº 7.767, de 18 de setembro de 1978, e tendo em vista o que consta do Processo nº 14.030.904-7/SEAD,

RESOLVE de acordo com o art. 32, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, exonerar, a pedido, ERIKA GEORGIA VIANA GARCIA, do cargo de Técnico Administrativo, matrícula nº 176.818-2, lotada na Secretaria de Estado da Educação.

PORTARIA Nº 693/GS/SEAD

João Pessoa, 09 de dezembro de 2014.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO usando as atribuições que lhe confere o art. 2º, inciso V, do Decreto nº 7.767, de 18 de setembro de 1978, e tendo em vista o que consta do Processo nº 14.030.511-4/SEAD,

RESOLVE de acordo com o art. 32, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, exonerar, a pedido, DEUSIMAR PIRES FERREIRA, do cargo de Agente de Segurança Penitenciária, matrícula nº 174.561-1, lotado na Secretaria de Estado da Administração Penitenciária.

PORTARIA Nº 694/GS/SEAD

João Pessoa, 09 de dezembro de 2014.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO usando as atribuições que lhe confere o art. 2º, inciso V, do Decreto nº 7.767, de 18 de setembro de 1978, e tendo em vista o que consta do Processo nº 14.030.331-6/SEAD,

RESOLVE de acordo com o art. 32, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, exonerar, a pedido, SUELANIO VIEGAS DE SANTANA, do cargo de Professor de Educação Básica 3, matrícula nº 157.790-5, lotado na Secretaria de Estado da Educação.

PORTARIA Nº 695/GS/SEAD

João Pessoa, 09 de dezembro de 2014.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO usando as atribuições que lhe confere o art. 2º, inciso V, do Decreto nº 7.767, de 18 de setembro de 1978, e tendo em vista o que consta do Processo nº 14.031.317-6/SEAD,

RESOLVE de acordo com o art. 32, da Lei Complementar nº 58, de 30 de